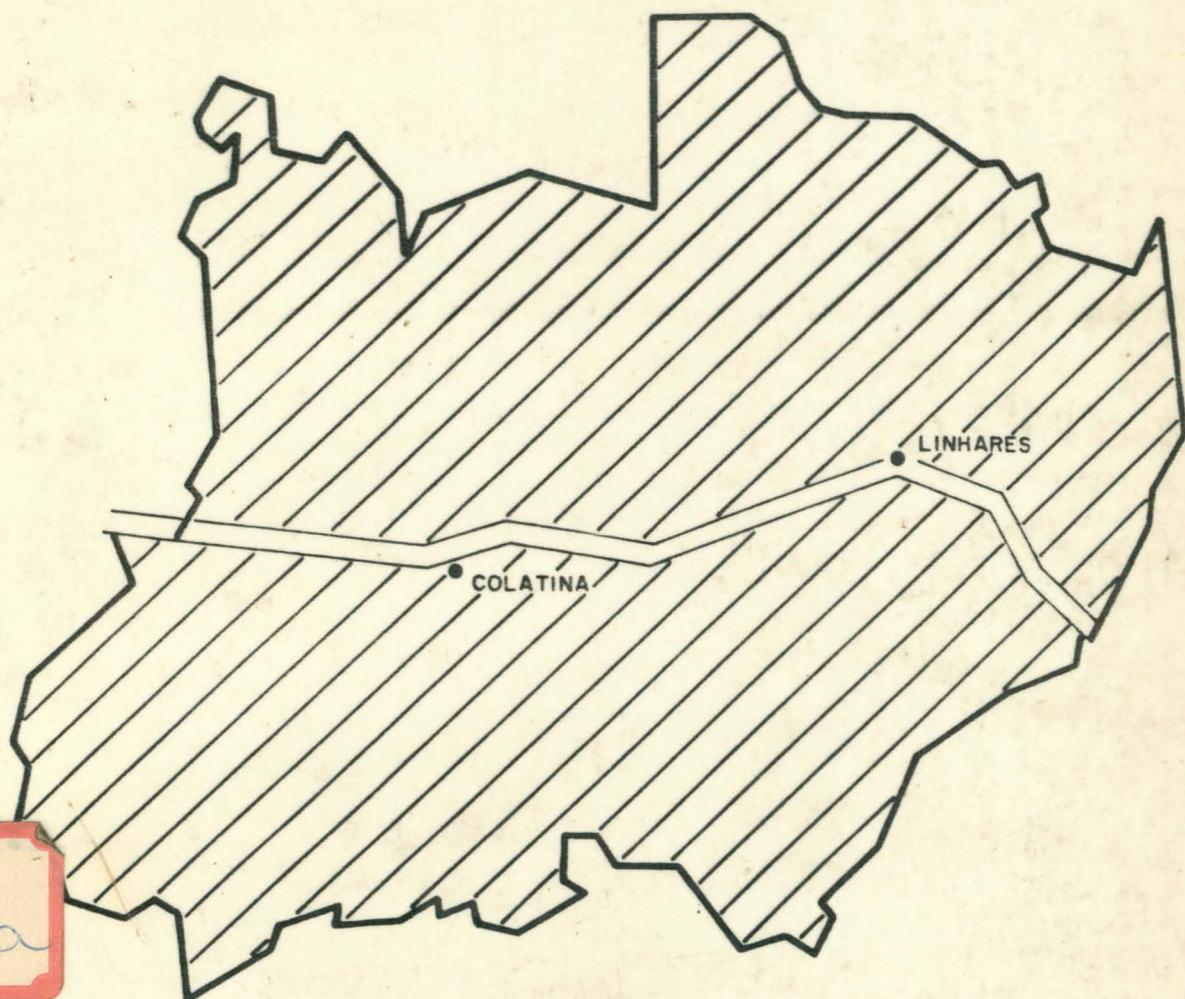


IJ
00537

BREVE LEVANTAMENTO SÓCIO-ECONÔMICO DA REGIÃO POLARIZADA PELOS MUNICÍPIOS DE COLATINA E LINHARES



não
avala

537

330.9815 2
I59b
8622/89

Vitória , março /1989



1100537
330.3845 2
ISS b
8622/89

APOIO MATERIAL E INSTITUCIONAL

Instituto Jones dos Santos Neves

TÉCNICOS ENTREVISTADOS

Antônio Celso Rodrigues

Haroldo Corrêa Rocha

Marcos Benevenuto Neves

Roberto Garcia Simões

Wolmar Roque Loss

ORGANIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES, REDAÇÃO E REVISÃO GERAL

Renato de Castro Gama

ELABORAÇÃO DE QUADROS E CÁLCULOS DE PROJEÇÕES

Alberto Miled Monteiro

DATILOGRAFIA

Maria Osória Bernardo Pires

ÍNDICE

Introdução	1
Estrutura produtiva a partir da base natural/espacial	8
População	40
O problema da polarização regional	49
Cenários prováveis	52
Anexos	56ss.

A elaboração do presente texto concretiza-se a partir de um pedido formal dirigido pela Arquidiocese de Vitória à Direção do Instituto Jones dos Santos Neves. A partir daí, este órgão dá seu apoio institucional e material para a sua realização.

Originalmente, foram-nos pedidas as seguintes informações:

- acerca dos fluxos migratórios na Região;
- sobre os equipamentos urbanos dos municípios que a constituem;
- projeção do seu desenvolvimento industrial até o ano 2000 e
- projeção populacional também até aquele ano.

Não nos sendo possível o levantamento detalhado de todas as informações solicitadas, optamos pelo exequível, cuja metodologia passamos a descrever:

- além das dificuldades inerentes, também o tempo constituiu-se num limitador natural para a realização do presente trabalho. Assim, opta-se por uma abordagem mais de cunho qualitativo (projeções de população e discussões com especialistas);
- desde o primeiro momento, estava claro para nós que o mais importante era discutir algumas tendências e cenários para a Região¹, o que fizemos no item 5;
- Para o entendimento da produção (item 2), utilizamos o critério metodológico "regional", através do qual o capital reproduz-se num espaço determinado de forma diferenciada, desenhando "regiões" — tais regiões borram os

(1) Para facilitar a exposição, quando nos referimos à Região com "R" maiúsculo, significa a porção de espaço objeto deste estudo. Com "r" minúsculo, outras, internas ou externas à primeira.

limites político-administrativos dos municípios.

Sua estrutura foi pensada, inicialmente, a partir de um breve diagnóstico da produção material da Região, caracterizando-se as subáreas. Depois, en passant, as principais considerações sobre o movimento populacional e tendências. É feito em seguida um brevíssimo comentário sobre a polarização na Região e, por fim, à guisa de conclusão, levantamos alguns cenários globais prováveis para os próximos anos. No final do trabalho, indicamos 5 anexos, sendo os 3 primeiros em forma de notas soltas e os 2 últimos constituindo-se em várias tabelas dos Estudos Populacionais ..., para consulta.

.....

O início dos anos 70 coloca na história recente do estado do Espírito Santo seu marco mais importante: significa um divisor de águas, quando esta sócio-economia entra definitivamente no seu processo irreversível de modernização, crescimento e transnacionalização.

Naquela época, havia fundamentalmente 2 grandes projetos para o estado: um, de caráter mais endógeno, à la "burguesia nacional", capitaneado pelo Dr. Christiano Dias Lopes, ex-governador. Outro, aberto visceralmente ao grande capital internacional, capitaneado pelo Dr. Arthur Carlos G. Santos, também ex-governador. Vence este último.

A partir daí, são implantados os famosos "grandes projetos de impacto econômico", resumindo-se nos complexos Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST) e Aracruz Celulose. Naquela época, havia uma ideologia das classes dominantes que se expressava em duas máximas: "quando o trem da Vale passa pelo Espírito Santo, só deixa o apito e o pó de minério" ... "não devemos nos preocupar com a possível poluição ambiental que poderá nos trazer os grandes projetos, porque a pior poluição é a miséria" (como se se quisesse dizer: não se preocupem, pois, mesmo que tragam poluição e outros malefícios, trarão também empregos e riquezas ...).

Hoje, depois de pelo menos uma década da sua implantação, temos consciência de que são socialmente excludentes e trazem riscos ecológicos imprevisíveis: o crescimento econômico do Espírito Santo no período 1980-85 foi de 5,6% a.a., muito acima da média brasileira, que foi de 1,7% a.a. Mesmo que essas taxas tenham sido maiores que a do Brasil, não foram acompanhadas por uma redução efetiva das desigualdades sociais. Segundo a PNAD de 1984, 61% das famílias do Espírito Santo têm renda de até 2 SMR (da época). Este panorama, é óbvio, não foge ao mais amplo, colocado pelo modelo nacional.

É de conhecimento geral que ambos os complexos trouxeram problemas ecológicos seríssimos para o estado: aumento extraordinário das partículas suspensas no ar atmosférico; poluição das águas marítimas da costa nordeste do Espírito Santo; degradação do solo causado pelas florestas homogêneas; devastação de extensas áreas de mata atlântica para o plantio de eucalipto; poluição do "odor" da Aracruz Celulose, etc. E o problema ambiental, no geral, é crucial. Tanto é, que hoje existem muitas pressões das agências externas de financiamento. Quanto ao que foi colocado anteriormente, é lógico que o problema da miséria tem que ser enfrentado, mas não às custas do comprometimento da qualidade de vida das gerações futuras.

A maior dificuldade que estamos enfrentando hoje é que, na época em que os grandes projetos foram implantados, o Governo do estado tinha competência técnica para pensar estratégias para o futuro; hoje, não tem (e nem mesmo poder), no sentido de se posicionar frente às grandes ameaças que pairam sobre todos nós.

Em grandes linhas, os desafios fundamentais colocados pelos grandes projetos², são:

(2) Duplicação da CST/duplicação da Aracruz Celulose/criação de um pólo carbônico e duplicação da produção de cimento/ampliação do Portocel, em Aracruz/expansão do terminal de containeres em Praia Mole/implantação da ferrovia, no norte, ligando Piraquê-Açu a Mucuri/exploração da reserva de sal-gema, favorecendo à indústria de álcalis no complexo paraquímico/implantação da ferrovia Vitória-Santo Eduardo e do ramal Paineiras-Cachoeiro, no sul.

- sua afirmação e complexificação;
- inserção do Espírito Santo nos setores de tecnologia de ponta;
- renascimento do setor cafeeiro, agora em novo padrão (vulnerabilidade/dependência ao preço do produto no mercado internacional);
- dificuldades de resistência e reprodução da pequena produção no Espírito Santo;
- complexificação da economia urbana, especialmente na Grande Vitória - GV (também em cidades interioranas de porte médio, como Linhares, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim), a partir do surgimento e expansão de uma economia de serviços mantida por muitos milhares de subempregados;
- mudança brutal no setor comercial.

Muito recentemente, a partir de 1988, estes grandes projetos, em presas ou complexos têm sido entendidos como "centros de poder". Por que razão? Suas "decisões estruturam e modelam, em termos macro, a estratégia provável de crescimento, deslocando as agências de planejamento e desenvolvimento governamentais, no âmbito estadual, para a problemática social e ambiental. O que se quer sinalizar é que a capacidade de formulação da estratégia de desenvolvimento econômico"³ — não se confundindo com estatização — por parte do Estado está bloqueada neste momento.

Tais centros de poder têm uma capacidade extraordinária de legitimação frente à opinião pública, dificultando, muitas vezes, a negociação. Mesmo que eles sejam modeladores e legitimadores, resta-nos perguntar: o que fazer diante dos desafios que nos são colocados, mesmo seguindo uma trajetória inexcrável?

E a Região polarizada por Colatina e Linhares, que é o objeto precípua de nosso estudo, está no meio desta conjuntura desfavorável maior. Is

(3) R.G. SIMÕES, palestra proferida no auditório da Rede Gazeta, Vitória, 02/03/1989.

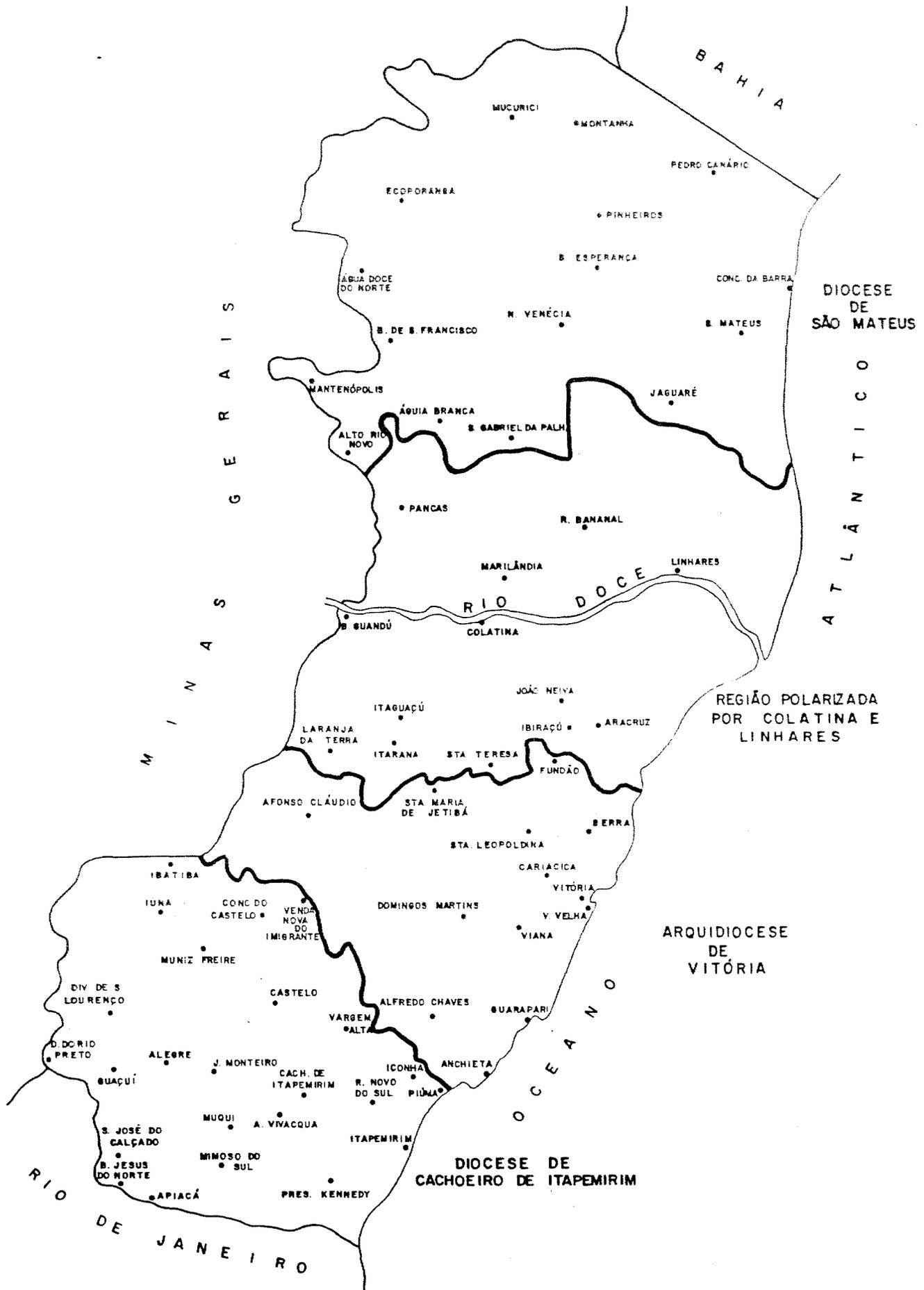
to pelo fato de ser altamente privilegiada em termos infra-estruturais, de a Aracruz Celulose estar localizada em sua subárea mais importante, de sinalizar para um desenvolvimento muito grande do capital no campo e por ser profundamente dependente da cultura do café.

A Região de Colatina/Linhares localiza-se na porção central do estado do Espírito Santo, junto à bacia do Rio Doce, limitando-se ao norte com a Diocese de São Mateus, ao sul com a Arquidiocese de Vitória, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com o estado de Minas Gerais (veja-se Mapa I). Possui uma área total de 12.722,5km², correspondendo a quase 30% (27,9) da área do Espírito Santo. É a segunda maior área do Espírito Santo, só sendo ultrapassada pela Diocese de São Mateus (veja-se Quadro I). Constituída por 13 municípios (Aracruz, Baixo Guandu, Colatina, Ibirapu, Itaguaçu, Itarana, João Neiva, Laranja da Terra, Linhares, Marilândia, Pancas, Rio Bananal e Santa Teresa), deve possuir neste ano de 1989 437.632 habitantes, significando 16,7% do total do Espírito Santo, estando muito próxima à população da Diocese de São Mateus, que deve ser de aproximadamente 443.155 habitantes (veja-se Quadro II).

REGIÃO POLARIZADA PELOS MUNICÍPIOS DE COLATINA / LINHARES



REGIÕES ECLESIÁSTICAS DO ES



QUADRO I

ÁREA TOTAL DAS REGIÕES ECLESIÁSTICAS DO ESPÍRITO SANTO E DA REGIÃO POLARIZADA POR COLATINA E LINHARES

REGIÃO	ÁREA (KM ²)	%
Diocese de São Mateus	15.205,5	33,3
Região polarizada pelos municípios de Colatina/Linhares	12.722,5	27,9
Diocese de Cachoeiro de Itapemirim	10.216	22,4
Arquidiocese de Vitória*	7.453	16,4
TOTAL DO ESPÍRITO SANTO	45.597	100,0

(*) Menos os municípios que constituem a Região Linhares/Colatina

Fonte: FIBGE, Anuário Estatístico do Brasil

DAM - Departamento de Articulação dos Municípios

QUADRO II

POPULAÇÃO TOTAL DAS REGIÕES ECLESIASTICAS DO ESPÍRITO SANTO E DA REGIÃO POLARIZADA POR COLATINA E LINHARES (estimativa para 1989)

REGIÃO	POPULAÇÃO	%
Arquidiocese de Vitória*	1.298.422	49,2
Diocese de Cachoeiro de Itapemirim	456.967	17,3
Diocese de São Mateus	443.155	16,8
Região Colatina/Linhares	437.632	16,7
TOTAL DO ESPÍRITO SANTO	2.636.176	100,0

(*) Menos os municípios apropriados pela Região Colatina/Linhares

Fonte: Cálculos efetuados a partir de CESAN/IJSN, Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo (1985-2010), vol. III, Vitória/1985, p. 940 ss.

2.

ESTRUTURA PRODUTIVA A PARTIR DA BASE NATURAL/ESPACIAL

Conforme já explicitado, o entendimento do desenvolvimento econômico da Região passa por um processo de regionalização: conformação de várias "regiões" menores em seu interior — que chamamos de subáreas⁴, cada qual tendo sua especificidade, diferenciando-se das demais, apesar de existir uma lógica que amalgama todas elas, projetando-as inclusive para fora da Região, pois existe, necessariamente, uma correlação intrínseca do "endógeno" com o "exógeno".

Mais adiante entraremos num detalhamento maior de cada subárea.

Nossa Região, se comparada a outras do interior do estado (afora a Grande Vitória), possui condições infra-estruturais invejáveis⁵:

- Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), da Companhia Vale do Rio Doce, juntamente com o ramal ferroviário Piraquê-Açu/Portocel⁶;
- BR-101 Norte;
- Gasoduto (transporte de gás natural do norte para os complexos industriais) e
- Ramal ferroviário Piraquê-Açu/Rio Mucuri, ainda projetado.

A EFVM é seguramente a mais moderna ferrovia do mundo em sua categoria: totalmente controlada por computador (controle de tráfego) de Itabira ao porto de Tubarão; totalmente duplicada de um extremo ao outro (linhas

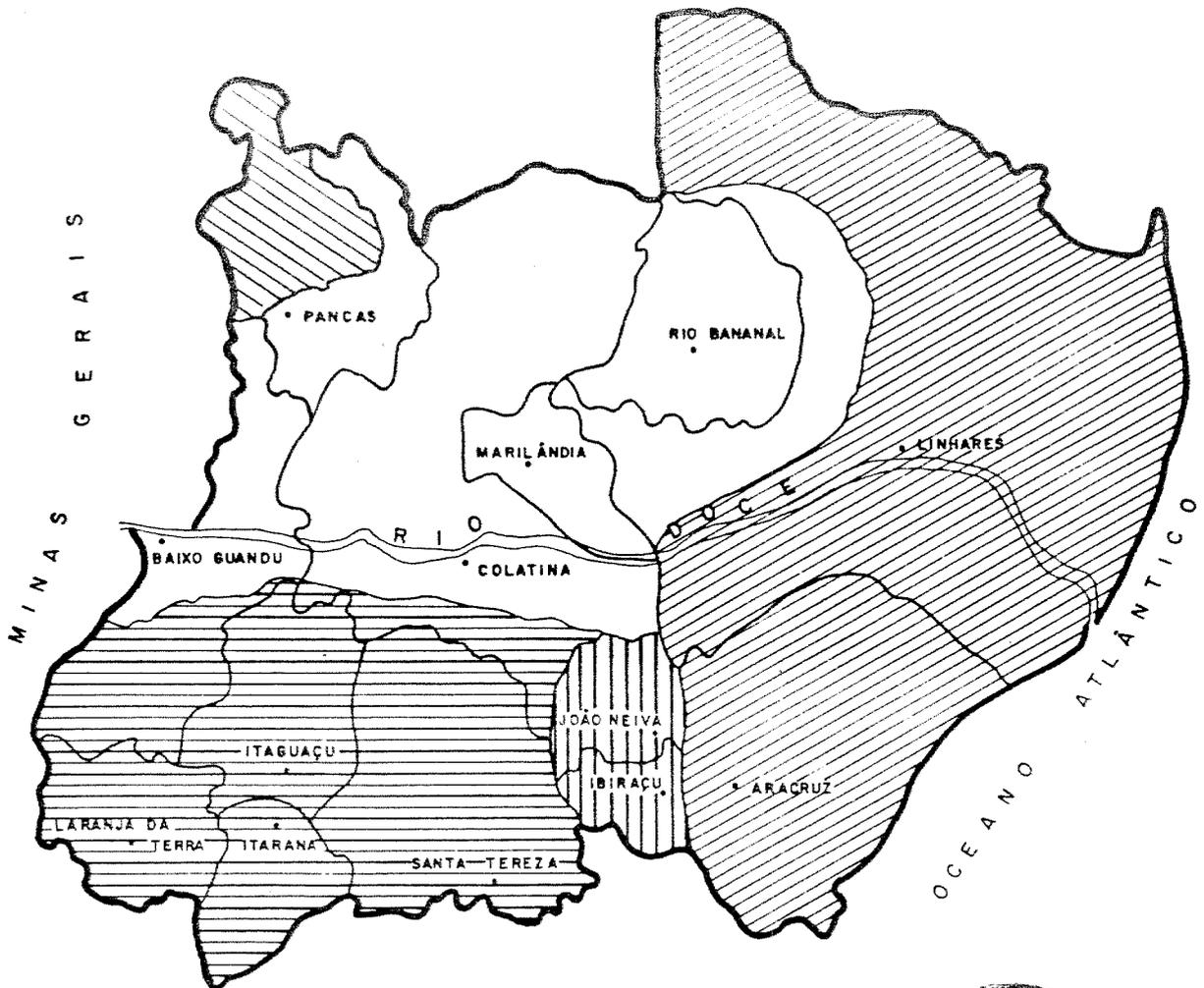
(4) Veja-se Mapa II.

(5) Veja-se Mapa III.

(6) O Portocel (Portocelulose), construído em associação com a CVRD, serve hoje como excelente escoadouro da produção da Aracruz Celulose para o mercado externo. O ramal ferroviário é de interesse da CVRD, com perspectivas de transporte de novos produtos, como veremos adiante.

DIVISÃO DA REGIÃO ESTUDADA EM SUBÁREAS

DIÓCESE DE SÃO MATEUS



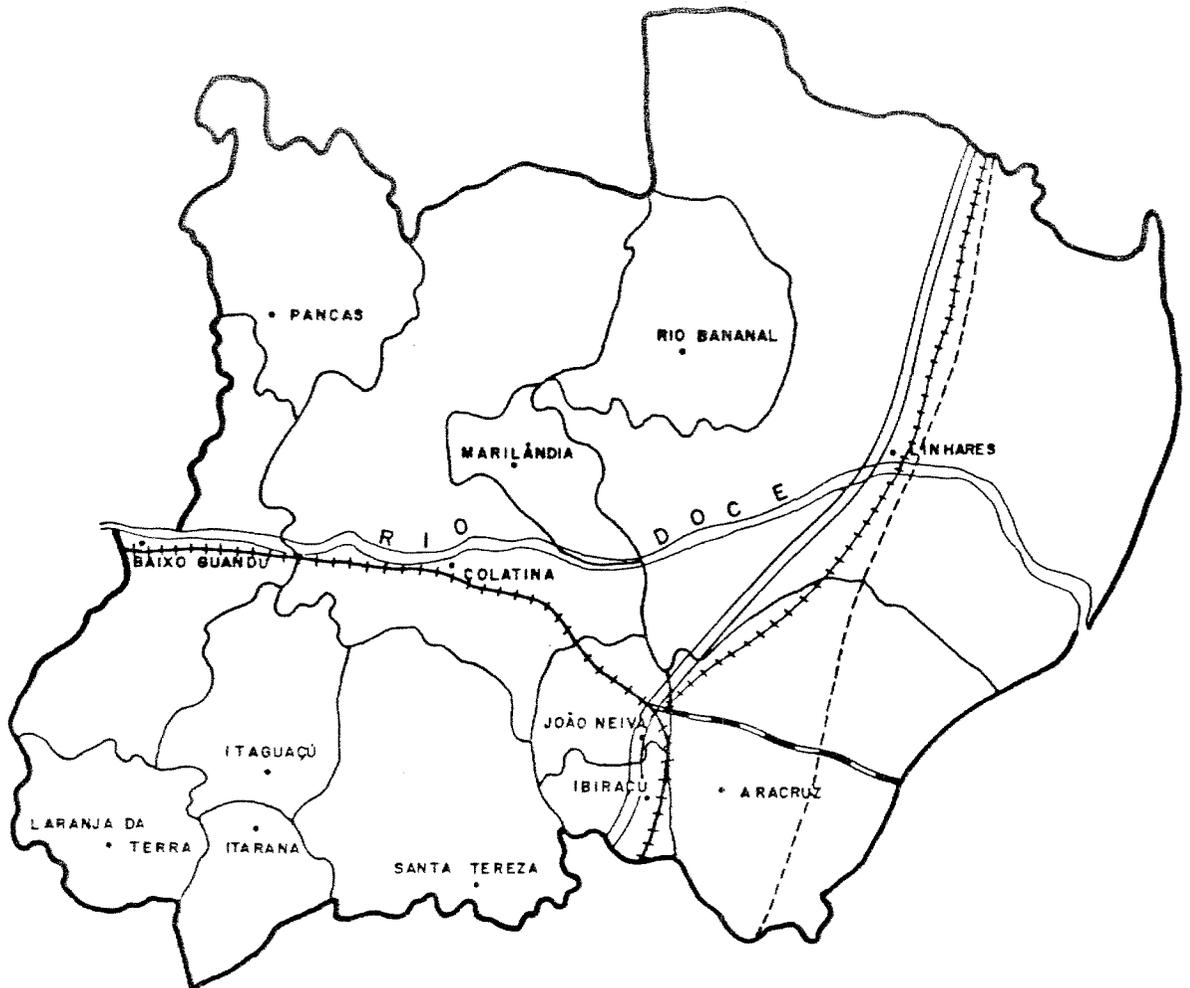
ARQUIDIOCESE DE VITÓRIA

LEGENDA :

-  SUBÁREA I
-  SUBÁREA II
-  SUBÁREA III
-  ZONA DE TRANSIÇÃO



INFRAESTRUTURA JÁ EXISTENTE E PROJETADA PARA A REGIÃO



LEGENDA:

- +++++ ESTRADA DE FERRO VITÓRIA-MINAS (CVRD)
- RAMAL FERROVIÁRIO PIRAQUÊ - AÇÚ / PORTOCEL
- +++++ RAMAL FERROVIÁRIO PIRAQUÊ - AÇÚ / RIO MUCURI (BA)
(INFRA-ESTRUTURA PROJETADA)
- GASODUTO PARA O TRANSPORTE DE GÁS NATURAL DE
SÃO MATEUS PARA OS COMPLEXOS INDUSTRIAIS
- ==== BR - 101 NORTE

de ida e vinda, cuja implantação remonta ao início dos anos 70); apesar da queda de nível, de Itabira ao porto de Tubarão, ser da ordem de 800m, a engenharia de construção das vias faz com que praticamente não existam descidas ou subidas mais íngremes, que poderiam dificultar enormemente a tração ou o sistema de freio das composições, trazendo problemas de maior desgaste aos veículos, além do consumo de combustível; devido a toda sua modernidade tecnológica, a ferrovia também consegue ser uma das mais competitivas do mundo, com os menores custos da ton/km transportada. Com isso, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) compete em mercados longínquos, como os da Austrália e parte da Ásia. O minério exportado é muito barato, considerando os padrões de preço do mercado internacional.

A primeira pergunta que poderá surgir na cabeça da pessoa que começa a pensar sobre esta linha férrea e suas potencialidades/problemas, é a seguinte: se o trem desce de Minas Gerais até o porto de Tubarão carregado de minério de ferro, como se dá o problema da volta? Subirá vazio?

É importante assinalar, desde o início, que mesmo que ele subisse vazio, a CVRD teria plenas condições de arcar com este "transporte do nada" ... Entretanto, hoje um certo volume de produtos é transportado na sua volta, tais como carvão mineral para siderúrgicas mineiras, além de insumos agrícolas para a produção de fertilizantes. Naturalmente, o volume transportado na volta é muitíssimo menor que o de minério de ferro trazido até Tubarão.

Apesar da alta competitividade e lucratividade da CVRD (aproximadamente US\$ 250 milhões em 1988), nem tudo são flores na vida da empresa. Com o desenvolvimento tecnológico dos novos materiais, prevê-se, no longo prazo, uma queda da demanda pelo aço no mercado internacional. Somado a isso, existe também o problema da qualidade do minério de ferro de Itabira, que é pobre se comparado à densidade do de Carajás. Também os custos de produção das minas de Itabira hoje são razoavelmente altos, se comparados aos parâmetros colocados por Carajás. E com a entrada em operação deste sistema situa

do no norte do país, torna-se ainda mais relativizado o sistema sudeste-sul. Em resumo, esta é a pergunta que se faz: como ficará este sistema ferroviário no futuro?

Uma linha férrea como a EFVM só tem sentido se colocada em um contexto mais amplo do mercado externo. Sobre este aspecto, veja-se por exemplo as enormes diferenças existentes entre a EFVM e a RFF (Rede Ferroviária Federal) — esta última está voltada para o mercado interno.

Considerando a possibilidade concreta da perda de importância deste sistema sul da CVRD assentado exclusivamente na exportação de minério de ferro, trata-se de pensar, para o longo prazo, formas alternativas. E aí coloca-se o problema carga exclusiva versus carga geral: na ida do trem (Itabira-Tubarão ou Itabira-Portocel), há a possibilidade de se combinar a carga hoje exclusiva — minério — com, por exemplo, grãos — soja: em poucas palavras, este seria o projeto denominado "Corredor de Exportação". Para a sua volta (Tubarão⁷ - Itabira ou Portocel-Itabira), pode-se pensar numa série de possibilidades, a nível da implantação de várias unidades de produção ao longo da linha, garantindo assim a volta do "trem cheio". Este "adensamento econômico" ao longo da linha não deixa de ser polêmico. Em primeiro lugar, haveria mesmo um processo de adensamento? Caso exista, ocuparia o espaço territorial do Espírito Santo ou projetar-se-ia para Minas Gerais? Este adensamento não se daria — considerando sua logicidade — prioritariamente numa região como a Grande Vitória (GV)? Apesar de todos estes questionamentos, entre outros, alguma caracterização já pode ser feita deste cenário provável⁸.

(7) Existe hoje um problema que é o da transformação do porto de Tubarão em porto de carga geral. Mas ainda não foi resolvido com a Portobrás, não se tem, portanto, clareza de como será solucionado no futuro.

(8) Os cenários propriamente ditos serão discutidos no item 5. Aqui, apenas uma introdução à problemática que envolve diretamente a EFVM.

No chamado Projeto Cerrado, a CVRD deverá colocar muita força, pois já existe uma associação da empresa com grupo japonês (Projeto JICA/PADAP), localizado em regiões de Minas Gerais e Goiás para a produção de grãos com a utilização de tecnologia altamente desenvolvida. Seria uma experiência-piloto nesta área: manejos com solos de baixa fertilidade, com sementes, etc.

Há a necessidade, por parte do Japão, de ocupar o Cerrado brasileiro, pois é um país de pequenas dimensões territoriais, sem maiores áreas agricultáveis (produção de grãos para a alimentação humana e animal). Já existe naquele país um porto (ou idéia da sua implantação) especializado na importação de grãos. Assim, a contrapartida sul-americana para este projeto é certamente Tubarão ou Portocel — são as possibilidades mais concretas. Caso este cenário se efetive em toda sua dimensão, ter-se-ia, então: japoneses (ou empresas controladas por) produzindo grãos no Brasil e a CVRD intermediando esta produção. Como resultado econômico final: sustentação da lucratividade da CVRD + fornecimento de enormes volumes de grãos ao Japão a custos reduzidíssimos.

O Projeto Cerrado não seria exclusivo na dinâmica do Corredor de Exportação. Toda a extraordinária produção de grãos do Centroeste brasileiro convergiria para o litoral, através da EFVM. Nesta perspectiva, não teria sentido então se pensar numa agricultura de pequena produção; trata-se, é certo, de um projeto agrícola altamente tecnificado (maquinaria + irrigação de alto nível + melhoramento genético de sementes + manejo de solos + utilização de força de trabalho assalariada, etc.), em moldes absolutamente capitalistas. Se toda esta estrutura será montada a montante do complexo, poder-se-ia perguntar que contribuição daria o Espírito Santo a nível da produção agrícola. A esta indagação, só existe uma resposta, pelo menos no curto-médio prazo: plantio de soja e sorgo. Especialmente quanto ao plantio da soja no Espírito Santo, é problemática e polêmica; caso este cenário se concretize, as terras mais propícias serão, indubitavelmente, as que se espraiam

pelo litoral nordeste do Espírito Santo, ficando com parte da subárea I da nossa Região, conforme indica o Mapa II.

A jusante, poderemos assistir à implantação de pelo menos um médio projeto contendo indústrias para a transformação da soja: o esmagamento, sua transformação em óleo, sua industrialização, a produção do farelo, assim por diante⁹.

Conforme colocado anteriormente, haverá a necessidade da volta do trem com uma série de produtos, entre outros: fertilizantes, defensivos, equipamentos agrícolas e outros manufaturados. Esta "volta" também será dinamizada com o surgimento dos projetos mencionados e outros.

Mesmo com os problemas já colocados, a CVRD poderá se associar a capitais privados, com o objetivo de dinamizar a implantação de pequenas e médias indústrias ao longo da EFVM. Caso este cenário se concretize, nossa Região poderá ser atingida, especialmente a subárea II, na sua porção sul (veja-se Mapa II). Entretanto, é importante deixar claro que este cenário ainda não está posto objetivamente.

Por outro lado, a possibilidade de um adensamento a partir de indústrias guseiras ao longo da linha férrea (veja-se especialmente a "zona de transição", Mapas II e III) torna-se no momento uma possibilidade sem muitas perspectivas, devido à crise que assola o setor, além do fato de tais indústrias tenderem hoje a uma expansão mais para a região Norte do país.

Outro pólo importante para adensamento econômico seria a porção territorial no entorno de Portocel, no município de Aracruz, sudeste da subárea I. Não se sabe, entretanto, até que ponto a região assinalada tenha efetivas condições de atrair investimentos, se considerarmos somente a rede infra-estrutural existente na mesma, além do porto (Portocel). Referi

(9) Este "corredor da soja" antes era de interesse apenas da CVRD. Hoje, entretanto, existem pelo menos 2 grupos econômicos interessados na implantação de projetos industriais na Grande Vitória.

mo-nos ao equipamento urbano necessário, à possibilidade de sua expansão, etc. Quanto ao porto, devido às suas condições de localização, às características naturais do litoral naquele ponto, trata-se certamente da melhor estrutura portuária desde o sul da Bahia até o sul do Espírito Santo.

Na direção da sustentação da polêmica em torno do problema do adensamento econômico ao longo da via férrea, resta ainda considerar que a porção sul da subárea I, no vale do Rio Doce, não se constitui em região de expansão de fronteiras, ao contrário do que acontece no Centroeste brasileiro. Um dos maiores problemas da soja brasileira hoje é que: mesmo saindo mais barata do produtor que o grão produzido nos EUA, chega ao porto mais cara. Este problema (alto custo de transporte) seria resolvido pelo seu escoamento através da via férrea. Caso a soja seja produzida em grande escala no Espírito Santo (isto, nos padrões da agricultura capixaba), não teria nenhum sentido sua penetração, por exemplo, em toda a porção nordeste da subárea I e seu transporte até o sul da subárea II. O mais lógico seria o escoamento através do Portocel. Mas este transporte rodoviário da região produtora até o porto ou mesmo até algum ponto do ramal ferroviário Piraquê-Açu/Portocel, não aumentaria demasiadamente seus custos, podendo talvez até mesmo inviabilizar sua produção? Esta é uma pergunta ainda difícil de ser respondida, mesmo que no campo hipotético da construção de cenários possíveis e/ou alternativos.

Além da "inelasticidade" das fronteiras agrícolas no vale do Rio Doce, outras possibilidades de bloqueio à expansão da cultura na região seriam: as dificuldades naturais colocadas pelo relevo (poucas possibilidades de mecanização), a não-tradição da cultura na região, além do forte regime de secas que nela hoje se observa.

Sobre esta cultura, poder-se-ia fazer uma observação aparentemente lógica: "caso a soja penetre no Espírito Santo, só haverá oportunidades para grandes produtores" ... Esta pode ser uma verdade, mas somente meia verdade. Algumas condições são necessárias para a implantação de grandes plan

tios: disponibilidade de terras, possibilidade de mecanização, de irrigação, grandes volumes de capitais a serem adiantados para a concretização do negócio. Isto, entre outros, além da utilização de força de trabalho permanente e temporária. Mas é possível também a convivência do pequeno com o grande, como acontece com a cultura do café. Tudo dependerá de um fator fundamental: a atração dos produtores via preço de mercado. Sendo compensador, muitos certamente se arriscarão com a implantação da nova cultura, nem que para isso tenham de sacrificar o tradicional plantio e cultivo do café. Assim, poderemos (ou não) assistir, num futuro próximo, a uma importante substituição de cultura.

A implantação da variante férrea ligando Piraquê-Açu a Mucuri (veja-se Mapa III), explica-se pela relação de custos propiciada pela mesma e a possibilidade de implantação de um novo porto no sul da Bahia, que viesse a favorecer o escoamento da produção de celulose da BAHIASUL¹⁰. Esta última alternativa certamente seria muito mais onerosa que a primeira. O capital (seja privado, estatal ou de composição mista), diante do dilema: construir um novo porto ou simplesmente um ramal ferroviário que viesse a utilizar o Portocel, de extraordinárias condições, sem dúvida optaria por esta última alternativa, considerando, entre outros fatores, os menores custos de implantação. Assim, voltamos à mesma discussão que fazíamos anteriormente: tal ramal, se implantado, geraria um processo de adensamento ao longo de si mesmo, ou simplesmente potencializaria ainda mais a região que fica no entorno de Portocel? Ambas as possibilidades existem. No entanto, o que importa resgatar é que o dito ramal certamente trará significativos impactos à região compreendida pela subárea I.

Mesmo as ferrovias já planejadas e em implantação ("Norte/Sul", "Leste/Oeste") não tirarão nem relativizarão a importância da EFVM, devido,

(10) Este projeto será mais detalhado nas páginas seguintes.



principalmente, à própria existência do "centro de poder" chamado CVRD¹¹.

A BR-101 Norte constitui outro importante fator de adensamento econômico-populacional. Para efeito de ilustração, tomando-se outra via que está fora da nossa Região, a BR-262, verificou-se, por exemplo, que de 1970 para 1980, todas as localidades cortadas por ela tiveram crescimento urbano-demográfico positivo. As que estavam fora, não.

Cortando principalmente a subárea I, além da zona de transição (veja-se Mapa II), possibilita melhores condições de transporte para uma força de trabalho que é caracteristicamente itinerante. Antecipando o que veremos mais detalhadamente no item seguinte, Linhares, por exemplo, teve um crescimento populacional positivo de 1970 para 80; já Colatina, manteve apenas o crescimento vegetativo da sua população. É claro que outros fatores influenciaram tal diferenciação; entretanto, é de se supor que a BR-101 tenha jogado papel fundamental.

Tendo em vista que a produção agrícola é muito importante na Região estudada, faremos a seguir uma breve caracterização dos seus solos, pelo menos das manchas mais importantes.

De oeste para leste, na direção do Oceano Atlântico, tem-se uma espécie de plano inclinado, formando-se a bacia do Rio Doce, que é a mais importante do Espírito Santo. Neste mesmo sentido, encontramos cotas de altitude máxima em torno de 600-700m. A natureza, através de milênios, escavou também outro plano, formando a caixa do Rio Doce¹².

(11) A dinâmica e independência estratégica da empresa é tão grande, que já se fala na implantação de uma outra usina de pelotização, além das existentes.

(12) Todo rio é formado por sua caixa, leito maior e leito menor.

Na topografia de 100-200m, inicia-se a formação de solos mais elevados, chamados cristalinos e, descendo na direção do mar, os solos de tabuleiros.

Nesta porção mais plana da subárea I — veja-se Mapa II¹³ —, mesmo os solos não tendo condições ideais para agricultura mecanizada devido ao fenômeno chamado compactação do solo¹⁴, esta já é uma prática persistente na região, podendo trazer conseqüências irreversíveis para o futuro da agricultura na subárea. O ideal seria a utilização de tais solos para culturas perenes.

Em torno da bacia do Rio Doce (na subárea I e projetando-se a oeste para a subárea II), a maior parte dos solos são os de tabuleiros e de aluvião, onde é desenvolvida a cultura do cacau.

Considerando sua extensão (em área), pode-se afirmar que os solos de aluvião são os melhores da Região — à exceção das pequenas manchas de terra roxa estruturada —, pois são formados de depósitos de matéria orgânica, trazidos pelo rio no seu processo milenar de erosão. Estes solos estão presentes no leito maior do rio, quando os atinge em épocas de inundação. Tais depósitos são trazidos desde Minas Gerais e das regiões mais altas do Espírito Santo.

Os solos de aluvião espriam-se por uma faixa média de 150-300m aproximadamente, chegando, em determinados momentos do trajeto, do rio, a 500m das margens.

(13) Evitaremos, daqui para frente, a indicação do mapa, para não ficar por demais repetitivo. Na medida em que se avance na exposição, pede-se que o leitor consulte o mapa, quando da existência de alguma dúvida ou da necessidade de localização espacial das subáreas.

(14) Como a própria expressão indica, com o excesso de utilização de máquinas agrícolas, o solo vai sendo compactado, prejudicando a vida em seu interior, transformando sua estrutura física, além de bloquear também a transmissão dos seus nutrientes à planta. Isto ocorre particularmente devido ao desenvolvimento de culturas temporárias.

Conforme está retratado no Mapa II, a Região polarizada pelos municípios de Colatina e Linhares foi dividida em 3 subáreas e uma zona de transição. Naturalmente, todas elas guardam características comuns, mas em cada uma existem especificidades quanto à reprodução do capital em escala ampliada, nas suas mais variadas formas. A dinâmica da produção agropecuária foi determinante em tal mapeamento, considerando sua importância em toda a Região.

A subárea I, situada a leste da Região, percorrendo seu litoral desde o sul até o extremo-nordeste, é formada pelos municípios de Aracruz e grande parte de Linhares, até os contrafortes definidos em sua divisa com o município de Rio Bananal. A subárea II, toma toda a porção norte a partir do vale do Rio Doce, constituída pela presença quase absoluta do município de Colatina, mais da metade da área do município de Baixo Guandu, os municípios de Marilândia e Rio Bananal, a porção oeste do município de Linhares e quase a metade da área do município de Pancas. Subárea III: sul de Colatina, municípios de Santa Teresa, Itarana, Itaguaçu e Laranja da Terra e parte sul de Baixo Guandu. Por fim, a zona de transição, presente no território definido pelos municípios de João Neiva e Ibiraçu.

Cabe observar que este mapeamento das subáreas não tem o objetivo da perfeição cartográfica, mas apenas serve como indicativo de como está organizada a produção na região. Da mesma forma, se fôssemos rigorosos, algumas manchas não coincidiriam necessariamente com os limites municipais, vindo a ultrapassá-los, "borrá-los". A título de exemplificação, poderíamos perguntar: será que a subárea II teria, na realidade, esta conformação como está colocada no mapa? Pode ser que não ... Rio Bananal, por exemplo, poderia formar uma outra subárea ou zona de transição, situando-se exatamente no ponto de encontro do movimento que vem de nordeste para sudeste, tendo o grande capital agropecuário à frente, com as condições ainda colocadas pela pequena produção de Rio Bananal. Veja-se, então, que não há uma preo

cupação com a exatidão dos limites¹⁵.

A seguir, faremos uma breve caracterização de cada subárea.

SUBÁREA I

Antes de mais nada, cabe destacar que esta é a mais importante subárea da Região. Sua importância assenta-se em alguns fatores mais destacados, dentre outros: localização estratégica do ponto de vista infra-estrutural, presença do litoral, solos agricultáveis com possibilidade ampla de utilização de maquinaria agrícola, especialmente a porção nordeste acima do vale do Rio Doce. Solos de aluvião muito férteis, presentes nas margens do rio, excelentes condições hidrográficas (além do Rio Doce, várias lagoas, sendo a maior delas, a de Juparanã).

Considerando que os complexos industriais Aracruz Celulose S/A e PETROBRÁS S/A são os mais importantes e diretamente ligados à Região, presentes na subárea I, passaremos a uma rápida caracterização de ambos, bem co

(15) No período 1982-85, o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) desenvolveu um programa denominado PDRI (Programas de Desenvolvimento Regional Integrados), através do qual pôde-se fazer um mapeamento mais detalhado e preciso da dinâmica agropecuária do Espírito Santo. Os técnicos do projeto percorreram todos os municípios do estado e, com a valiosa contribuição dos agentes das EMATER's locais, eram feitos os mapeamentos indicativos. De posse destes mapas municipais, elaborava-se o mapa da chamada Região-Programa. Aproximadamente no meio do desenvolvimento do projeto, a Secretaria de Estado da Agricultura do Espírito Santo (SEAG) articulou-se com o PDRI, sendo possível, a partir deste esforço comum, uma série de importantes empresas na conjuntura agropecuária da época. Mais recentemente, a SEAG elaborou um mapeamento das mais importantes culturas do Espírito Santo, inspirada nos trabalhos originais do PDRI. Seria demais afirmar que também este mapeamento inspirou-se naquele importante projeto.

mo dos seus impactos neste espaço sócio-econômico estudado¹⁶.

a) **ARACRUZ CELULOSE S/A**

- Empresa recentemente privatizada, envolvendo o seguinte complexo: Aracruz Florestal S/A; Aracruz Trading S/A (Panamá); PORTOCEL - Terminal Especializado de Barra do Riacho S/A; Aracruz Celulose Inc. (EUA) e Aracruz Corretora de Seguros;
- Maior investimento para 1989 (US\$ 1,1 bilhão);
- Excelente performance em 1988, com um lucro líquido da ordem de US\$ 96,8 milhões (cf. A Gazeta, 08/03/89);
- Devido às ótimas perspectivas do setor no mercado externo, é o que mais atrai investimentos estrangeiros para a conversão em capitais de risco;
- Nas pegadas deste tremendo sucesso econômico, está sendo implantada a BAHIASUL CELULOSE S/A (associação da CVRD com a Companhia Suzano de Papel e Celulose), além da previsão de duplicação da CENIBRA (Celulose Nipo-Brasileira S/A), em Belo Oriente (MG), bem como da TERMOCEL (CVRD/Cia. Suzano/Grupo BMG), em Grão-Mogol (MG);
(Obs.: a implantação da BAHIASUL trará impactos regionais, envolvendo o norte do Espírito Santo)
- Com a duplicação, prevê-se que a Aracruz Celulose passará a uma produção de 1,0 milhão de ton/ano de celulose de fibra curta-branqueada, sofrendo um aumento do volume de produção da ordem de 100%. O início da operação

(16) Baseada em R.G. SIMÕES, Os grandes diretores do processo de transformação no Espírito Santo (Documento-Síntese), Projeto Século XXI, mimeo., Vitória, outubro/1988, pp. 108-27 (Documento produzido em co-autoria com A.C. Rodrigues).

- está previsto para 1990, atingido a maturação em 1993. Assim, a Aracruz Celulose passa a ser uma das maiores plantas industriais do mundo;
- As razões econômicas da sua duplicação se devem a dois fatores primordiais:
 - a) a produtividade (m^3/ha) de suas florestas é duas vezes maior que a mé dia nacional, mais de três a norte-americana e mais de dez (sic) a de países como o Canadá e Suécia!; b) a competitividade em relação a custos: 8% menor que a média brasileira, 27% que a norte-americana e 53% que a francesa;
 - A recente descoberta de uma reserva de sal-gema no norte do Espírito Santo poderá vir a exercer um importante papel complementar em relação ao com plexo celulose;
 - Do ponto de vista da articulação entre a Aracruz Celulose com a PETROBRÁS, a primeira já está sendo servida pelo gás natural extraído no norte;
 - Necessidade de expansão de suas florestas homogêneas em 30-40 mil ha, man cha que deverá se projetar para o sul da Bahia;
 - Tal projeto não trouxe maiores transformações para a dinâmica industrial da Região. A implantação da fábrica de papel ficou postergada — entre outros motivos — especialmente pela divisão internacional do trabalho que condiciona países do 3º mundo, como o Brasil, à exportação de semi-aca bados;
 - Ao contrário, o setor comércio/serviços foi violentamente transformado na região e no seu entorno, bem como o preço da terra rural e urbana;
 - O complexo possui uma extraordinária estratégia de legitimação na região, assentada no que se colocou no item anterior, bem como no fato de que o emprego na empresa significa ascensão social;
 - Esta estratégia poderá ainda ser mais fortalecida com a criação de uma Fun dação, que deverá atuar nas áreas de cultura e ecologia;
 - Mesmo considerando seu brutal investimento, o complexo gerou, em 1987, pa ra os cofres do estado do Espírito Santo, na forma de ICM, apenas 3% do

total arrecadado ...

b) PETROBRÁS S/A

- Implantação em 1983 de um gasoduto que parte de São Mateus e vem até o município da Serra, servindo aos complexos Aracruz Celulose, CVRD e outras indústrias da Grande Vitória, comercializando em torno de 250 mil m³/dia de gás natural. "A produção de gás natural do Espírito Santo representa hoje em torno de 3% da produção nacional, sendo a reserva da ordem de 2 milhões de m³, aproximadamente 2% da reserva brasileira, segundo dados de 1987"¹⁷;
- Em junho/1988 foi noticiada a descoberta de um novo poço de gás em Regência (Linhares), com uma reserva estimada em 10 bilhões de m³ de gás, com uma vasão de 250 mil m³/dia;
- Em setembro/1988, foi autorizada pelo Presidente José Sarney a construção de um gasoduto, cuja fonte está localizada na área indígena de Caieiras Velha (Aracruz);
- Estudos mais realistas indicam que o consumo potencial de gás natural no Espírito Santo é da ordem de 4 milhões de m³/dia. Isto faz com que seja mais e mais requerido o gasoduto Campos-Vitória. Tal demanda potencial indica também que, entre as várias opções energéticas para o estado, a utilização de gás estará sempre na ordem do dia, configurando-se como um subsetor bem dinâmico para a Região;
- Em agosto/1987 foi veiculada à opinião pública capixaba a descoberta de

(17) SIMÕES, op. cit. Acreditamos que houve um erro no texto. O mais lógico seria 2 bilhões de m³.

uma reserva de sal-gema¹⁸ em Conceição da Barra, na foz do Rio São Mateus. Considerada de boa qualidade (95% de presença de cloreto de sódio), seu potencial é hoje estimado em 15 bilhões de toneladas. Devido aos cortes orçamentários da Petrobrás, a reserva não será explorada antes de 1990, apesar da sua viabilidade econômica. Mesmo assim, prevê-se investimentos da ordem de US\$ 250 milhões;

- Além do já visto, alguns dados a mais sobre o Distrito de Produção da Petrobrás no Espírito Santo: presente nos municípios de São Mateus, Linhares, Conceição da Barra e Jaguaré, possui 263 poços em terra e 6 no mar. Em 1987, sua produção diária era de 17 mil barris de óleo, havendo perspectiva do seu aumento no médio prazo. O óleo produzido no Espírito Santo é destinado basicamente ao abastecimento da refinaria de Duque de Caxias, Rio de Janeiro.

c) **IMPACTOS**

- De forma especial, a Aracruz Celulose trouxe muitos impactos à Região, particularmente à subárea I. Com o plantio de milhares de ha de eucalipto, houve a expulsão de pequenos proprietários e a devastação de importantes reservas de mata atlântica na região¹⁹; de forma mais global, essas transformações atingiram a estrutura fundiária, o volume de emprego e o caráter

(18) Mineral empregado na fabricação do carbonato de sódio. "Além de reforçar a (...) Aracruz Celulose, a exploração de sal-gema proporciona uma série de oportunidades de investimentos vinculados à utilização dos insumos decorrentes: cloro, soda cáustica e barrilha (...), bem como poderá satisfazer a demanda do pólo petroquímico a ser construído no Rio de Janeiro e da Companhia Nacional de Álcalis, localizada em Cabo Frio, Rio de Janeiro" (Idem, ibidem).

(19) Este processo aconteceu com mais intensidade no final dos anos 70, início dos 80, tendo sido documentado e denunciado pela imprensa alternativa da época.

do mercado de trabalho da região, mudando qualitativamente as relações de trabalho;

- É de conhecimento amplo que o plantio de eucaliptos traz problemas ao solo: devido à estrutura das suas raízes e à necessidade de água da planta, pode comprometer de forma irreversível os lençóis freáticos;
- Prevê-se, além da automação natural da indústria, também uma maquinização da extração e corte das árvores nas florestas de eucalipto. Sendo generalizada, provocará, sem dúvida, desemprego na região;
- Por não se saber, a priori, qual é a área estratégica da Aracruz Celulose, quais os limites para a plantação de eucaliptos com rentabilidade e segundo estes critérios, poderá haver uma expansão da mancha de florestas para municípios que não sejam somente Aracruz e Linhares. Que redesenho ou mancha poderá se formar?
- Quanto à costa marítima da subárea I, segundo pesquisas recentes, as águas do litoral norte já estão comprometidas devido ao lançamento de detritos. Esse fato já é incontestável, apesar de a empresa afirmar que seus detritos são lançados já purificados;
- Para o fabrico da celulose, o ar atmosférico passa a ser também comprometido, além do forte odor nele lançado quando do processo de cozimento da madeira, mesmo que a empresa afirme não ser o odor poluição ... Pode não ser tão grave quanto aquela que lança partículas em suspensão no ar atmosférico; mas não deixa de ser uma forma de poluição;
- Com o surgimento de novas manchas de florestas homogêneas — que já têm a fama de ser as maiores do mundo —, riscos ecológicos futuros estarão em cena, riscos esses que estão absolutamente fora do controle da sociedade civil organizada e de órgãos especializados do governo, como a SEAMA (Secretaria de Estado para Assuntos de Meio-Ambiente);
- O capital tem seus limites para a ocupação do espaço; entretanto, enquanto a Aracruz Celulose não atinge esses limites, expande sua produção, suas

áreas florestais, podendo num futuro próximo, subordinar pequenos proprietários (como veremos adiante), enfim, revolucionar todo um mercado de trabalho;

- Os impactos causados pelo complexo PETROBRÁS estarão localizados de forma especial em São Mateus, fora, portanto, da Região estudada.

.....

A agricultura da subárea I caracteriza-se por sua dinamicidade, em moldes capitalistas, com a forte presença de importantes projetos agropecuários. O fenômeno mais importante que se verifica hoje em sua produção agropecuária é a diversificação de culturas e diferenciação de produtores via incentivos fiscais. Em outras palavras, a penetração de novas culturas, mais rentáveis, normalmente dirigidas ao mercado externo (seja a nível de Brasil como o internacional), juntamente com o aparecimento de um novo setor de classe, o produtor capitalista rural. Para o volume de capital inicial necessário ao negócio, banca o Estado — isto é, parte do capital —, fazendo uso de um fundo gerado pelos incentivos fiscais. É importante frisar que tais empresas são altamente tecnificadas, necessitando normalmente de grandes áreas de terra (para os padrões fundiários de um estado como o Espírito Santo), utilizando-se de um menor percentual de força de trabalho permanente e grande volume de assalariados temporários — isto, quando não tem possibilidade de também mecanizar a colheita/extração.

Portanto, do ponto de vista de se pensar uma nova dinâmica capitalista que se dá hoje no campo, os municípios de Linhares e Aracruz são fundamentais. Desta forma, constituem a área mais importante não somente da nossa Região, mas de todo o estado do Espírito Santo.

Na medida em que Linhares ganha novos contingentes populacionais, a tendência é da maior dinamização da sua economia interna, não somente do

ção das árvores até o início da colheita. Enquanto isso, assalariamento permanente é necessário para os cuidados que exigem os arbustos em crescimento. É óbvio que um grande volume de capital torna-se fundamental ser adiantado para se iniciar um cultivo que tenha mínimas pretensões de competitividade e lucratividade. O mesmo se dá com a cultura da manga. Então, pergunta-se: como poderia o pequeno proprietário, totalmente descapitalizado, arcar com toda esta infra-estrutura?

Na cultura da macadâmia, os proprietários dos estabelecimentos são profissionais liberais residentes em Linhares ou na Grande Vitória.

Um dos maiores obstáculos para a penetração do pequeno produtor na cultura da pimenta-do-reino é a necessidade de tutoramento para a manutenção do arbusto na posição vertical. Este estaqueamento (seja a partir da madeira ou até mesmo de cimento) só pode ser implantado com alto custo.

Do ponto de vista do uso do solo, em termos de culturas permanentes, temos as seguintes tendências para a subárea:

- expansão do plantio da seringueira;
- idem, para a pimenta-do-reino;
- da mesma forma o café em áreas significativas, até com mecanização;
- crescimento da fruticultura de clima tropical;
- entrada da cultura da macadâmia no curto prazo.

Nesta subárea quase não existem pequenos produtores, a não ser núcleos ou estabelecimentos, não possuindo maior significação no todo. No Vale do Suruacá ainda são encontrados pequenos produtores sem a titulação da terra. Se para todo o Espírito Santo, 40% da área das terras agricultáveis fica com estabelecimentos com menos de 100ha, nesta subárea não existe nem 20% dos produtores com menos de 100ha. Esta concentração fundiária é explicada pelo movimento que já foi explicitado anteriormente, ou seja, pela intensa compra de terras nos últimos anos (última década) para os projetos de cana, eucalipto, pimenta-do-reino, cacau, etc. Trata-se da subárea com maior

concentração fundiária de toda a Região.

O chamado programa "Fazendeiro Florestal" ainda não tem existência concreta, pelo menos do ponto de vista formal. A Aracruz Florestal pensa em introduzir este projeto na Região; possivelmente nos próximos 4-5 anos es teja totalmente implantado. Sua essência seria uma tentativa de expansão das áreas de florestas homogêneas do complexo, a partir de estabelecimentos particulares que não sejam de propriedade do grupo econômico.

Concretamente, o que existe hoje é uma espécie de pré-fase do pro jeto: a empresa entrega a proprietários, através de caminhões-transporta dores com capacidade de até 100 mil unidades, mudas de eucalipto gratuitas, gerando pequenas manchas de floresta homogênea de 1 a 5ha. Tendo um desempeⁿho em 1988 de 1 milhão de mudas plantadas, pensa-se em 5 milhões plantadas somente para este ano ... Esta investida do complexo celulose já está atin gindo a região serrana, como os municípios de Venda Nova e Santa Teresa. Se apenas uma pré-fase já atinge tamanha proporção, imagine-se quando o proje to estiver plenamente maduro ...

É interessante notar que esta estratégia pode — como já está — convencer proprietários à sua adesão, incentivando-os a utilizar áreas mais ou menos desocupadas do estabelecimento para o plantio do eucalipto.

A lógica maior do projeto se dá a dois níveis, fundamentalmente: a) quanto à estratégia de reprodução do próprio complexo — considerando a dificuldade cada vez mais crescente de expansão de áreas de terra para o plantio de eucaliptos, de propriedade do complexo, tal expansão se dá via propriedades alheias; b) quanto à estratégia de subordinação do pequeno pro prietário — devido ao fornecimento de mudas e, futuramente, de insumos e até mesmo equipamentos, o complexo imporá condições de preço, pois trata-se de um monopólio quase puro ("quase", pelo fato de ser mais difícil a BAHIASUL Celulose tentar comercializar toros nesta região; o mesmo vale pa^{ra} a CENIBRA).

Para além da subárea I (que já é "zona cativa" do projeto), imaginamos que sua influência haverá de se estender pelas subáreas II e III, especialmente nesta última. A zona de transição João Neiva/Ibiraçu já se constitui "área privilegiada" para o projeto, devido sua proximidade ao complexo.

As possibilidades de irrigação na subárea I são dadas pelo seu enorme potencial hídrico, isto sem contar a perspectiva da abertura de um canal até o Vale do Suruaca, vindo a expandir ainda mais esta potencialidade. Se no extremo-norte do Espírito Santo (veja-se, por exemplo, o município de Pinheiros) a prioridade hoje é o armazenamento de água, nesta subárea, pelo contrário, é a sua distribuição através de canais²¹.

A seguir, para fechar esta subárea, apresentaremos algumas tendências que ainda não foram exploradas nas páginas anteriores:

- apesar da sua expansão, o café deverá perder sua importância relativa;
- possibilidade de surgimento de agroindústria voltada para o processamento de frutas e da própria macadâmia;
- pouca possibilidade de expansão da cana (devido às características do solo e à indefinição do PROÁLCOOL);
- é possível que haja uma certa estagnação da pecuária extensiva, a não ser que se drene o Vale do Suruaca, além da definição de tecnologias para o manejo de solos turfosos;



(21) Com os crescentes desequilíbrios ecológicos, gerando longos períodos de seca, destruindo mananciais d'água, vindo a assolar todo o Espírito Santo, principalmente sua porção norte a partir do Rio Doce, fica claro que a produção agrícola cada vez mais dependerá de projetos eficientes de irrigação. Devido a seus altíssimos custos, no limite, acaba não proporcionando acesso aos pequenos produtores, podendo ainda expulsá-los do setor. De qualquer forma, o que se deve discutir sobre este ponto é: que condições tem o pequeno de utilizar irrigação, inclusive processos alternativos? Que medidas são tomadas pelo Estado (inclusive Estado-União) a este respeito? Em outras palavras: a dependência à irrigação acaba gerando um processo de diferenciação perverso, facilitando ainda mais a retração do grande capital no campo.

- possibilidade de transformação deste tipo de pecuária em intensiva (confinamento ou semi-confinamento), com as mesmas condições colocadas no item anterior;
- possibilidade de alguma expansão do arroz no Suruaca, montada em projetos mais de caráter empresarial (caso ocorra esta tendência, mesmo assim o arroz não passará a ter grande importância na totalidade da produção agropecuária);
- tendência ao aprofundamento da concentração fundiária na subárea. Nada no movimento econômico e social nos diz o contrário: expansão da penetração do capital; pressão das demandas internas e externas (a nível de Brasil e mercado internacional); aprimoramento tecnológico da agricultura;
- caso se confirme esta tendência, continuidade ao processo migratório rural-rural e rural-urbano (certo volume de força de trabalho será liberado, buscando outras alternativas no interior da Região e, principalmente, fora);
- crescimento do exército de assalariados temporários;
- aumento da pressão para a venda da terra (dos pequenos proprietários aos maiores).

S U B Á R E A I I

Esta subárea é constituída pela porção noroeste do município de Linhares que contorna Rio Bananal, por este último, pela quase totalidade do município de Colatina, a não ser sua porção extremo-sul, abaixo do Rio Doce, pelo município de Marilândia, por mais da metade da área de Baixo Guandu (menos sua porção sul) e por quase a metade da área compreendida por Pancas. Trata-se da segunda subárea em importância na Região, quer por sua produção econômica, além da importância de Colatina como polarizador regional. A di

nâmica produtiva da subárea assenta-se principalmente na cafeicultura (em grandes e pequenos estabelecimentos), além da importância do setor têxtil (confeções) da seda de Colatina.

Nesta subárea ainda persistem os solos de aluvião, ao longo do Rio Doce, mas em faixas menores que as do município de Linhares. Nas proximidades do rio, em cotas inferiores a 300m, tem-se uma forte presença da seca; nas épocas de chuva, grandes cheias. Não somente do ponto de vista da produção agropecuária, mas também do interesse geral das populações dos centros urbanos cortados pelo Rio Doce, este é talvez seu maior dilema: convivência com graves períodos de seca, sob a ameaça constante de cheias catastróficas, como foi a de 1979. Em verdade, nas proximidades da bacia do Rio Doce, apenas se inicia a grande área da seca. Quanto mais ao norte, maiores suas conseqüências. Trata-se de uma região de solos extremamente degradados.

Em Marilândia/Rio Bananal, prevalecem os pequenos estabelecimentos; os poucos grandes, entretanto, são responsáveis por grande volume de produção, além da área, sendo expressiva no seu conjunto. No município de Rio Bananal, observa-se maiores elevações, chegando a cotas de até 400m. A explicação da existência da pequena propriedade em Rio Bananal está numa projeção no sentido noroeste-sudeste, vinda de São Gabriel da Palha. Em topografias acidentadas, como no caso de Rio Bananal, a concentração fundiária é muito mais restrita.

Encontramos também elevações em Marilândia, chamadas elevações do cristalino. Isto também explica o tipo de colonização da região, bem como a estabilidade da estrutura agrária — as poucas experiências (poucas, em relação à totalidade do Espírito Santo) de capitalistas adquirirem áreas de clivosas, deram-se em estabelecimentos para o café, tipo de cultura que convive bem com esta limitação natural.

As grandes fazendas de Baixo Guandu exploram mais pecuária extensiva, com penetração do café conillon. Nos terrenos de menores cotas deste município existem grandes fazendas com café conillon. O mesmo acontece em

Colatina, só que com a presença do café arábica. Nas terras de menor altitude, na divisa de Colatina com Águia Branca, presença do café conilln.

Persistem nesta subárea culturas de subsistência, como as tradicionais feijão/milho/mandioca, dentro de uma dinâmica maior que é dada pelo café. Existem, da mesma forma, pequenas e inexpressivas manchas com o plantio de banana maçã.

A cacauicultura presente na subárea constitui-se numa projeção de Linhares em direção ao oeste. Tem pouca expressão no todo, mesmo sendo uma cultura potencial.

É uma das regiões mais importantes em termos de experiências com o PROVÁRZEAS (Colatina, parte de Marilândia e Pancas, este último, com menor expressão), sendo representativo o número de pequenos produtores — aqui, as condições de relevo não favorecem a penetração dos grandes. Estes, normalmente não têm interesse no PROVÁRZEAS, preferindo liberar a terra para a pecuária extensiva.

A comercialização do café é polarizada, praticamente in totum, por Colatina (mesmo a sede de São Gabriel da Palha não tem condições de competir com Colatina). É realizada via sistema clássico de intermediação: há em cada comunidade um representante do grande comerciante regional. Depois da centralização e beneficiamento, a produção é direcionada ao exportador.

As duas cooperativas, de São Gabriel da Palha e de Colatina, comercializam volumes de produção muito diferenciados: a de São Gabriel da Palha, 4 a 5 vezes a de Colatina.

A importância do café nesta subárea (como também em parte de Linhares) é tão grande, que se pode afirmar: ela é responsável por pelo menos a metade de todo o volume do grão produzido no Espírito Santo!

Na sua porção acima do Rio Doce, os problemas mais graves colocados hoje para a produção agropecuária, são: a acentuada erosão do solo, fatores climáticos extremamente prejudiciais como a seca prolongada (típica de regiões desertificadas como o Nordeste brasileiro) e o desmatamento das pe

quenas — mas ainda existentes — manchas de floresta atlântica que antes eram abundantes na região. Tais problemas podem ser generalizados para o Espírito Santo como um todo.

Em resumo, esta subárea caracteriza-se por uma dinâmica produtiva que não tem somente no café sua única razão de ser. Sinaliza, por outro lado, relações de trabalho específicas, sem a possibilidade de generalização, surgindo uma nova parceria (colonato), produzindo de nova maneira, passando agora a arcar com os riscos e custos provenientes do uso de agrotóxicos e outros insumos agrícolas. Nas grandes fazendas de café tipicamente capitalistas como as que existem em porções significativas de Baixo Guandu, checa-se hoje e se transformam as relações de produção — fundadas no assalariamento temporário, potencializa-se um mercado de trabalho que "borra" os limites municipais, transformando toda a dinâmica da região. Tal mercado, para além do café, pode estar também na cana, no eucalipto e no cacau, por exemplo.

Tomando-se o Mapa II, vemos uma área hachurada no "bico" extremo-noroeste da subárea II, constituída por mais da metade do território de Pancas. Projeta-se para além da Região, tomando os municípios de Alto Rio Novo e Mantenópolis. Decidiu-se caracterizar separadamente esta porção da subárea, considerando suas diferenciações, que podem ser resumidas em terrenos com altitude mais elevada (500-700m), solos com menor fertilidade natural e a presença marcante do café arábica.

Nela também é encontrado o latossolo vermelho-amarelo distrófico, formado pelo constante processo de lixiviação (lavagem do solo e seu desnudamento em relação a muitos dos seus nutrientes).

Suas grandes fazendas de café surgiram de um processo de concentração fundiária, em que os hoje capitalistas adquiriram a terra por valor irrisório, devido sua baixa fertilidade natural.

Apesar de existirem nesta porção pequenos estabelecimentos com café, sua expressão foi "puxada" pelas grandes fazendas. A BREFERTIL (indús

tria de fertilizantes) pode ser entendida a partir desta lógica: diversificação na expansão do capital, além da complementariedade (grandes fazendas com produção de fertilizantes).

As antigas relações de parceria hoje se transformam em relações de assalariamento temporário, isto de forma intensa.

O fato de alguns proprietários hoje estarem destruindo grandes plantações de café para a introdução da pecuária, é explicado pela queda (1987 a ser/1988) e ou instabilidade do preço do grão. Este acontecimento pode sinalizar uma possível mudança na estrutura produtiva da região.

.....

O parque têxtil de Colatina (ramo de confecções) é hoje o mais importante do Espírito Santo, tendo algumas empresas um porte razoavelmente significativo, além de um mercado bem estruturado e articulado. Mesmo sabendo que tais empresas já tenham competitividade suficiente para a venda no mercado nordestino, outras são subordinadas a grandes marcas originárias do eixo Rio-São Paulo, como é o caso da DIJON. Tal subordinação pode gerar problemas no futuro, como pressões para a melhoria de qualidade; imposição de preços, exigência de melhores performances tecnológicas, etc.

Apesar destas dúvidas quanto ao seu desempenho no futuro, o problema fundamental destas empresas não é especificamente de mercado para os seus produtos, mas o de financiamento, de giro de capital e outros (problemas que podem ter uma origem apenas conjuntural, em vista da crise por que passa a economia no momento).

Quanto ao aspecto tecnológico, o horizonte é favorável, pois o BANDES está dando incentivo à melhoria técnica destas unidades industriais. Além do mais, o problema tecnológico dessas pequenas/médias empresas é totalmente diferente daquelas que controlam o oligopólio do setor, como a Dijon, a Levi's ou a Alpargatas, entre outras. Seria possível, por exemplo,

aquelas primeiras utilizarem o corte a raio laser dos seus tecidos? Hoje, isso ainda não seria possível.

Em termos de tendências, acreditamos que dificilmente regrediriam, salvo um problema mais grave e de caráter geral na sócio-economia brasileira.

Além do FRISA, empresa tradicional da cidade, com alto nível tecnológico e presença no mercado internacional, restam na região pequenas e micro unidades produtivas, que só têm significação em termos de emprego e renda, se tomadas em seu conjunto.

SUBÁREA III

Localizada ao sul da Região, é composta pelos municípios de Santa Teresa, Itarana, Itaguaçu, Laranja da Terra, porção sul de Baixo Guandu e extremo-sul de Colatina.

Nela predomina o latossolo vermelho-amarelo distrófico (presente inclusive nas outras subáreas, afora a I), com manchas significativas de terra roxa estruturada no município de Santa Teresa (região do Vale das Tabocas), em parte de Itarana e Itaguaçu.

Em terras com cotas acima de 200-300m, a presença do café arábica combinado com hortigranjeiros; a presença da fruticultura é pequena. As culturas de subsistência (milho e feijão) também se fazem presentes, sendo o arroz pouco expressivo. Existe nesta região uma olericultura bem diversificada.

Como esta subárea se confunde com a anterior no que diz respeito às cotas baixas, especialmente na zona de influência da bacia do Rio Doce, as caracterizações a seguir valem também para a subárea descrita anteriormente (II).

Em toda a região definida pelas imediações da bacia do Rio Doce talvez se encontram os solos (de aluvião) mais férteis do Espírito Santo, comparáveis aos existentes no município de Cachoeiro de Itapemirim.

Nas terras mais baixas, a existência do binômio café/pecuária e, nas de maior altitude, o café arábica com a pecuária de subsistência.

Nos terrenos de menor altitude, com cotas abaixo de 300m, a presença marcante do café tipo conillon, da mesma forma os hortigranjeiros transitórios e mais recentes (a partir de 1980: predomínio do tomate, presença do repolho, do pimentão, etc., isto, no inverno. Terminando o inverno, os produtores entram com culturas de subsistência tradicionais).

Ao sul do Rio Doce, a existência de uma estrutura fundiária típica de pequena produção, afora o leito de Baixo Guandu e Colatina. Em suas proximidades, o predomínio de grandes estabelecimentos, muitos com pecuária extensiva.

Nesta mesma porção abaixo do rio, deverá haver uma potencialização da fruticultura de clima temperado, isto nas terras mais montanhosas. Nas de cotas mais baixas, na tentativa de se protegerem de uma eventual queda do preço do café, os produtores poderão expandir suas áreas de plantio com a seringueira ou a pimenta-do-reino (esta última, com os limites colocados na caracterização da subárea I).

Para esta subárea, estão postos alguns desafios:

- como repensar a pequena produção/propriedade, especialmente naquelas em que existe o binômio café/hortifrutigranjeiros;
- utilizando-se Laranja da Terra apenas como signo, como pensar as saídas para a pequena produção em sua relação com o uso do agrotóxico, dos fertilizantes e outros insumos, também com o sério problema da comercialização;
- se o conjunto de municípios Santa Teresa, Itarana e Itaguaçu se ingressar no programa Fazendeiro Florestal, como analisar e discutir com os pequenos produtores tal opção.

Z O N A D E T R A N S I Ç Ã O

Constituída pelos municípios de João Neiva e Ibiragu, nela se assiste a um movimento nordeste-sudoeste de expansão das condições dadas na subárea I (expansão do capitalismo no campo). Uma possível resistência serão suas próprias condições naturais, ou seja, as áreas declivosas e de altitudes mais elevadas, próximas à divisa com o município de Santa Teresa. Dependerá exatamente das condições dadas por esse movimento para que a fruticultura da região (banana prata) venha a se sustentar.

.....

Depois desta rápida caracterização da Região a partir das subáreas, colocaremos a seguir algumas informações e análises mais gerais, que dizem respeito, de uma ou de outra forma, a todas elas.

- Industrialização: à exceção de Aracruz, Linhares, Colatina, João Neiva e Ibiragu, não se pode pensar para o restante da Região;
- Nos anos 70 a CVRD era entendida como um enclave no Espírito Santo. Mesmo que num primeiro momento o processo se inicie com a forma aparente de um enclave, depois, com o passar do tempo, a empresa/complexo/grupo começa a estabelecer uma rede intrincada de relações na região (e fora dela). Trata-se de entender este processo, sua essência e suas projeções para o futuro;
- O capital tem limites para sua penetração (condição dos solos, relevo, clima, possibilidades técnicas); entretanto, tem uma enorme capacidade de "reinventar" sua trajetória. O desafio é estarmos atentos a esta(s) mudança(s) de trajetória, como no caso de Fundão, que já começa a penetrar, vindo da subárea I;
- A Aracruz Celulose não significa apenas o espaço compreendido pelo municí

pio de Aracruz. Ao contrário, ela revoluciona todo o mercado de trabalho;

- O FDZRD (Fundo de Desenvolvimento da Zona do Vale do Rio Doce) é um fundo da CVRD, negociado com o Governo do Estado do Espírito Santo, no sentido de desenvolver projetos de infra-estrutura ao longo da "zona de adensamento" propiciada pela linha férrea. Pode-se pensar em formas alternativas de a sociedade civil organizada pressionar o governo no sentido de que este fundo seja utilizado para o benefício dos pequenos produtores da Região, bem como das populações mais carentes das cidades cortadas pela linha férrea ou na sua zona de influência;
- Os capitais comerciais são diferenciados em Colatina e em Linhares (neste último município, são mais "modernos", expressando-se em lojas de departamento como a Dadalto, Pianna, etc. Da mesma forma, o movimento comercial (transações, volume de capital empatado) de Linhares já parece ser maior que o de Colatina.

Com relação à pequena produção, uma forma alternativa de produção sem adubos químicos, seria a utilização do adubo orgânico. Mas existe dificuldade acentuada para que os pequenos produtores optem por esta saída, pois o seu volume (de adubo) nos estabelecimentos é pequeno, mesmo com a possibilidade de uso de adubações verdes e compostagem (gramínea + esterco em decomposição), etc.

O problema do uso do adubo químico tem também sua face política: enquanto as comunidades, os produtores e a sociedade em geral não fizeram pressões no sentido desta mudança, muito pouco se avançará. O Estado tem responsabilidades nesta questão, mas jamais conseguirá, sozinho, transformar esta realidade. Os fabricantes são poderosos (podendo "mudar" posições, fazer lobbies, etc.) e entre a ação do Estado e a sociedade civil existem

determinadas mediações que não podem ser desconsideradas²². Assim como o problema ecológico, este é também de responsabilidade de toda a sociedade organizada.

No tocante aos agrotóxicos, é pouco utilizado no café conillon, à exceção dos fosforados²³, quando do aparecimento da "broca". Hoje, nesta cultura, seria praticamente impossível o não-uso do agrotóxico em todo o Espírito Santo. Caso esta determinação tomasse corpo sem um período de adaptação, haveria uma verdadeira débaçle na economia cafeeira. Poder-se-ia partir de imediato para a utilização de produtos mais brandos, menos prejudiciais à saúde dos consumidores. A solução definitiva para o problema seria a proibição absoluta da sua produção ou, no mínimo, seu controle rigoso.

(22) Veja-se, por exemplo, o caso da extensão rural: os projetos desenvolvidos são verdadeiros "pacotes" tecnológicos com o objetivo precípue da reprodução do capital industrial (empresas que fabricam insumos e mercadorias em geral para o campo).

(23) Ao serem utilizados, a lei é "morta": mesmo existindo a proibição, devido à sua alta capacidade de retenção, a lei é burlada de todas as maneiras. Em alguns casos, são aplicados em larga escala (nos países desenvolvidos, há muito, já não são fabricados).

Qualquer estudo demográfico — seja de um distrito, de um município, de um estado, nação ou mesmo região sócio-econômica — tem por fim último o entendimento da distribuição populacional ocasionada pela reprodução do capital no espaço. Ao reproduzir-se em escala ampliada e no contexto global, o capital redesenha o espaço, realoca recursos segundo sua lógica, cria, recria, extingue ou potencializa mercados de trabalho. Na medida em que evolui sua absorção do espaço, dinamiza este mercado em movimentos diferenciados, dependendo da forma de produção (um mercado de trabalho à base de assalariados temporários na produção agropecuária é totalmente diferente da que se verifica numa unidade industrial qualquer).

Este preâmbulo tem o objetivo de mostrar que o estudo da demografia não se esgota somente em cálculos numéricos ou em meras formatações de gráficos e tabelas; através desses fenômenos, podemos ir muito além, que é entendermos a lógica da reprodução do capital no espaço e sua conseqüente distribuição populacional.

O crescimento demográfico sempre está vinculado à existência de alguma forma de atração, não podendo ser entendido apenas como crescimento aritmético.

Suponhamos que numa determinada região, no ano "a", existam 1.000 habitantes. No ano "b", esta população passou para 1.100. Assim, população do ano "b" - população do ano "a" = 100 pessoas. Respondendo rapidamente, sem maiores reflexões, diríamos que naquela região houve um crescimento demográfico positivo do ano "a" para o ano "b" de 100 habitantes. Entretanto, devido às condições postas por aquela sócio-economia à população que reproduz, suponhamos que seu crescimento vegetativo anual seja de 2%. Se o período de tempo de "a" a "b" for de 10 anos, teremos portanto um crescimento vegetativo de

22%, ou seja, em termos absolutos, de 220 habitantes. Assim, poderemos chegar à conclusão de que nossa região não teve crescimento absoluto positivo, mas negativo. Quer dizer: não conseguiu nem repor o estoque demográfico necessário para a manutenção do seu crescimento vegetativo. Ao contrário, se a população evoluiu para 1.500 habitantes, teve um crescimento positivo de 280 habitantes.

Ao se discutir o fenômeno migratório, é importante destacar:

- a) o movimento de população que vem de uma zona urbana do interior para a Grande Vitória não pode ser considerado êxodo rural (esquema urbano-urbano);
- b) a perda de população não pode ser entendida somente do ponto de vista quantitativo, mas fundamentalmente qualitativo (exemplos: o jovem ou pequeno comerciante de uma determinada sede municipal do interior é substituído pelo bóia-fria ou biscateiro). Qualitativamente, são alteradas as condições da cidade: sua liderança, seu perfil de renda e capacidade de consumo, o nível das relações políticas, etc.;
- c) se uma sede municipal permanece com o mesmo volume de população do que em relação a um período qualquer anterior, não significa necessariamente que aquela sócio-economia está conseguindo reter seu contingente. Ela está, sim, transformando-se qualitativamente²⁴.
- d) quando se estuda, por exemplo, o problema do esvaziamento do interior,

(24) Existe uma diferença fundamental entre o crescimento (desenvolvimento) de uma determinada vila ou sede municipal, a partir de uma redinamização da economia local, e a explosão caótica que acaba acontecendo nas principais sedes municipais (especialmente no litoral norte do estado) a partir do surgimento de novas oportunidades para a reprodução do capital. Na primeira situação, os equipamentos urbanos e outros "confortos" da cidade acabam ajudando a fixação do homem no seu lugar de origem ou, no limite, uma migração de caráter intramunicipal; na segunda, a inchação se dá a partir das necessidades de força de trabalho do capital local (veja-se Colatina/Linhares/São Mateus, etc.), bem como da atuação de assalariados na agricultura.

normalmente se preocupa com o bóia-fria, com o assalariado rural, com o pequeno proprietário. Isto porque, através deste fenômeno, se está estudando sua essência que é uma série de rupturas causadas pelo deslocamento populacional. Tais rupturas serão menores ou quase inexistentes se, por exemplo, se tratar de um profissional de classe média, com maiores condições de resistência àquele processo de rupturas;

e) se a sociedade de Pancas expulsa um jovem de 10-15 anos de idade e recebe um idoso de 70-80, muda tudo em termos de relações objetivas naquele espaço. O município investiu socialmente naquele jovem; na hora de começar a colher os frutos do seu investimento (ou seja, no momento em que o jovem já pode começar a produzir), ele vai embora. Para o idoso, deverá criar novas possibilidades infra-estruturais. Isto significa uma tremenda injustiça, do ponto de vista do custo social para quem perde população — para a formação até mesmo do mais simples trabalhador braçal, alguém teve de investir para que ele chegasse a ser o que é. Assim, o processo migratório é entendido como desinvestimento social.

O fenômeno do êxodo rural direto (zona rural de determinado município para a Grande Vitória) não é observado em larga escala; o que se tem é o efeito encadeado: zona rural → sede municipal → Grande Vitória. O cidadão que migra para a grande Vitória é geralmente aquele que já não encontra mais possibilidades de reproduzir suas condições de vida naquele espaço, buscando outro. Também o caso concreto do jovem em busca de estudo ou oportunidade de trabalho com melhor rendimento.

Além do tipo urbano-urbano ou urbano-GV, no Espírito Santo existem também as migrações de maior distância, que seriam: rural - outras cidades do país; urbano do interior - outras cidades do país; GV - outras cidades do país. O tipo rural-rural existe a partir de um amplo mercado de trabalho revolucionado principalmente pelo desenvolvimento do capital como na subárea I ou pelas necessidades da cafeicultura da subárea II. Seu eixo mais impor

tante, além da subárea I, na projeção nordeste para fora da Região ou no extremo-norte, como no município de Pedro Canário. Por outro lado, não se tem uma constância em termos de origem-destino (ex.: Pancas → Colatina). Até que se tenha acesso a uma pesquisa empírica ampla em todo o Espírito Santo, su põe-se que este movimento seja circunstancial, caótico e sem uma lógica de terminada — isto sem se considerar o tradicional movimento zona interiorana-GV.

A seguir, faremos alguns comentários acerca dos quadros III e IV, em anexo.

Iniciando com os municípios pertencentes à Região, segundo a esti mativa do Quadro III, observamos logo à primeira vista que Linhares e Cola tina se apropriam de mais da metade da população estimada para 1989 (53,8%). Logo abaixo vem Aracruz, mas com uma substancial diferença do segundo coloca co (16% a menos). O fato de Linhares ter passado Colatina em número absolu to de habitantes (3,4% em 1980 e 11,1% em 1989) é explicado por toda a ex posição do item 2, ou seja, por causa do seu acentuado crescimento e diver sificação econômica ocorrida na última década. Estes dados projetados mos tram claramente seu papel de polarizador econômico no contexto da Região es tudada. Caso persistam as condições colocadas hoje, tornar-se-á cada vez mais crescente esta diferenciação: 11,2% em 1990, 15% em 1995 e, no ano 2000, 28,5%!

Tomando agora o Quadro IV e fazendo uma projeção do crescimento ve getativo da população para a década 1990-2000²⁵, chegaremos a outros dois:

(25) Para os municípios polarizados por Colatina, utilizamos uma taxa média de crescimento vegetativo da população de 2,09% a.a. Para os polariza dos por Linhares, 1,99% a.a. (cf. RODRIGUES, A.C., Documento RH-01, qua dro 63, p. 60, Projeto Século XXI, mimeo., Vitória/1988).

QUADRO III

REGIÃO POLARIZADA POR COLATINA E LINHARES: POPULAÇÃO ESTIMADA PARA 1989, A NÍVEL DE MUNICÍPIOS

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO/1989	%
Linhares	124.636	28,5
Colatina	110.745	25,3
Aracruz	42.015	9,6
Pancas	31.529	7,2
Santa Teresa	26.918	6,1
Baixo Guandu	24.877	5,7
Rio Bananal	18.352	4,2
Itaguaçu	14.253	3,2
Ibiraçu	13.595	3,1
João Neiva	10.206	2,3
Marilândia	9.500	2,2
Itarana	9.144	2,1
Laranja da Terra	1.862	0,5
TOTAL DA REGIÃO	437.632	100,0

Fonte: Cálculos efetuados a partir de CESAN/IJSN, Estudos populacionais para as cidades, vilas e povoados do Espírito Santo (1985-2010), vol. III, Vitória/1985, p. 940 ss.

QUADRO IV

REGIÃO POLARIZADA PELOS MUNICÍPIOS DE COLATINA E LINHARES: POPULAÇÃO ESTIMADA PARA O PERÍODO 1980-2000

MUNICÍPIOS	1980	1985	1990	1995	2000
Linhares	106.207	119.923	125.843	137.711	171.007
Colatina	102.563	106.668	111.788	116.930	122.309
Aracruz	35.797	39.522	42.662	48.003	52.381
Pancas	30.099	30.930	30.646	29.982	29.563
Santa Teresa	25.987	26.457	27.035	27.788	28.881
Baixo Guandu	25.930	25.430	24.741	24.631	25.708
Rio Bananal	16.961	17.720	18.513	19.253	20.330
Ibiraçu	20.224	22.017	13.830	15.107	17.016
Itaguaçu	13.266	13.939	14.332	15.083	15.822
João Neiva	(*)	(*)	10.439	11.881	13.292
Marilândia	9.113	9.351	9.538	9.718	9.910
Itarana	8.922	9.029	9.173	9.429	9.806
Laranja da Terra	(*)	(*)	1.875	1.974	2.080
TOTAL DA REGIÃO	395.069	420.986	440.415	467.490	518.105

(*)Municípios que não estavam constituídos nestes anos.

Fonte: CESAN/IJSN, Estudos populacionais para cidades, vilas e povoados do Espírito Santo (1985-2010), vol. III, Vitória/1985, p. 940 ss.

IV.1. MUNICÍPIOS QUE GANHARÃO POPULAÇÃO

MUNICÍPIOS	DIFERENCIAL ENTRE A POPULAÇÃO ABSOLUTA ESTIMADA E O CRESCIMENTO VEGETATIVO DO PERÍODO (CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO REAL)	Δ% (+)
Linhares	19.102 (+)	11,2
Aracruz	5.291 (+)	10,1
João Neiva	579 (+)	4,3
Ibiraçu	174 (+)	1,0

Assim, vemos que os números confirmam as análises e tendências esboçadas anteriormente. A subárea I terá uma expansão populacional real de mais de 20% no período considerado. A zona de transição (João Neiva/Ibiraçu) praticamente reporá seus estoques populacionais, mas sinalizando para uma expansão.

IV.2. MUNICÍPIOS QUE PERDERÃO POPULAÇÃO

MUNICÍPIOS	DIFERENCIAL ENTRE A POPULAÇÃO ABSOLUTA ESTIMADA PARA O PERÍODO E O CRESCIMENTO VEGETATIVO (ESVAZIAMENTO REAL)	Δ% (-)
Colatina	15.167 (-)	12,4
Pancas	8.125 (-)	27,5
Santa Teresa	6.212 (-)	21,5
Baixo Guandu	4.718 (-)	18,3
Rio Bananal	2.326 (-)	11,4
Marilândia	1.819 (-)	18,3
Itaguaçu	1.803 (-)	11,4
Itarana	1.475 (-)	15,0
Laranja da Terra	440 (-)	21,1

Mesmo Colatina perdendo um contingente superior a 15 mil habitantes, o município mais esvaziado será o de Pancas, seguido pelos de Santa Teresa, Laranja da Terra, Marilândia e Baixo Guandu.

Tudo indica, portanto, que o processo migratório continuará sendo sustentado na próxima década, na direção oeste-leste-nordeste da Região, além da natural atração exercida pela Grande Vitória. No ano 2000, a subárea I será responsável por quase a metade da população da Região (em torno de 43% do total).

Tomando a Região como um todo, seu crescimento vegetativo no período 1990-2000 deverá ser de aproximadamente 104,6 mil habitantes. No ano 2000, enquanto que a população real estimada está na ordem de 518,1 mil habitantes, o total a partir do crescimento vegetativo deveria ser de 572,1 mil. O déficit deverá ser, portanto, de aproximadamente 54 mil habitantes. Em outras palavras, no seu conjunto, a sócio-economia da Região não conseguirá reproduzir sua população nem a nível do crescimento vegetativo do período. Terá, portanto, um esvaziamento efetivo.

Para finalizar este item, voltemos agora a alguns comentários mais gerais, que consideramos relevantes:

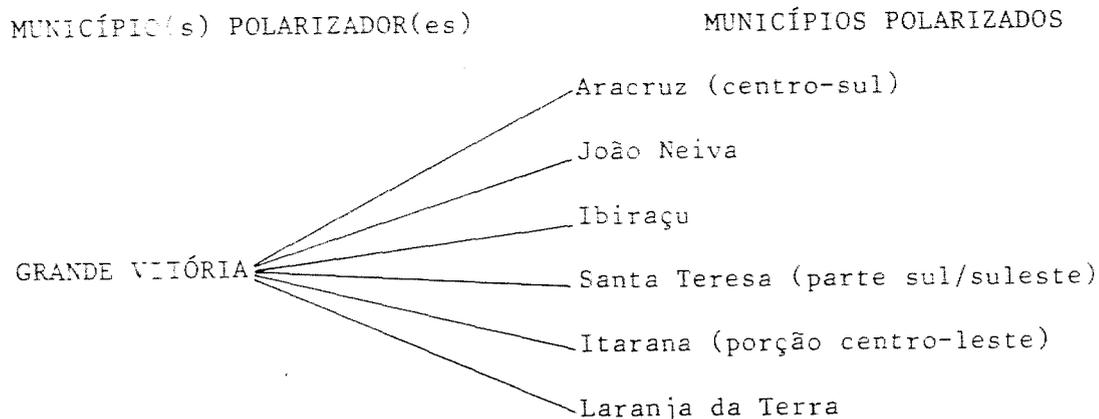
- Em geral, para todo o estado, os municípios perdem população, à exceção da Grande Vitória e da Região Litorânea Sul, em consequência de Guarapari e outras áreas de lazer; no período 1970-80, somente a Grande Vitória teve saldo populacional positivo;
- O município de Colatina perdeu população ao longo dos anos, até mesmo pela perda de território. Mas a região polarizada pelo mesmo permanece ainda constante em termos demográficos; isto porque aquela economia — como to da economia — chegou ao seu limite no tocante à retenção de população em seu seio;
- Os pequenos municípios que estão à volta de Colatina tendem a uma certa estagnação, a não ser que algum projeto ou empresa se estabeleça em seu raio de ação;

- Na subárea III, assiste-se a um processo recente de "urbanização": as pessoas dirigem-se para as sedes municipais, mas continuam a exercer suas atividades no campo (seria um movimento intra-municipal, que pode expressar uma possível decadência da pequena produção — é mais fácil se montar toda uma infra-estrutura urbana {escolas, postos de saúde, etc.} do que se oferecer os mesmos equipamentos nas áreas rurais);
- Na subárea I, já houve um processo de expulsão mais significativo, apesar de ser potencialmente explosiva em termos de conflitos (no campo);
- Tendências migratórias mais fortes:
 - a) migração rural: para a localidade mais próxima (vila, povoado, cidade ...);
 - b) migração de curta distância: o migrante busca sua cidade-mãe;
 - c) do ponto de vista mais geral, para o litoral; confirmando esta tendência, poderão ter início sérias mudanças na conjuntura e estrutura política regional; o que estes futuros parlamentares (de Linhares/Aracruz, por exemplo) representarão? Se os interesses do grande capital, mas com que mediações?

Entendemos que polarizar um espaço regional qualquer, vai além do meramente econômico, embora este seja absolutamente determinante. Os fatores que estão presentes na esfera do cultural, das relações familiares e de amizade, de conhecimento, das oportunidades de colocação, das relações políticas, também dizem muito neste campo²⁶.

Que seja do nosso conhecimento, não existe hoje no Espírito Santo um estudo empírico sério a este respeito, a não ser um produzido pelo Instituto Jones dos Santos Neves, mas defasado no tempo e, talvez, no método. Portanto, a discussão e conclusões que seguem, inspiram-se tão-somente na intuição do autor, bem como na dos especialistas consultados.

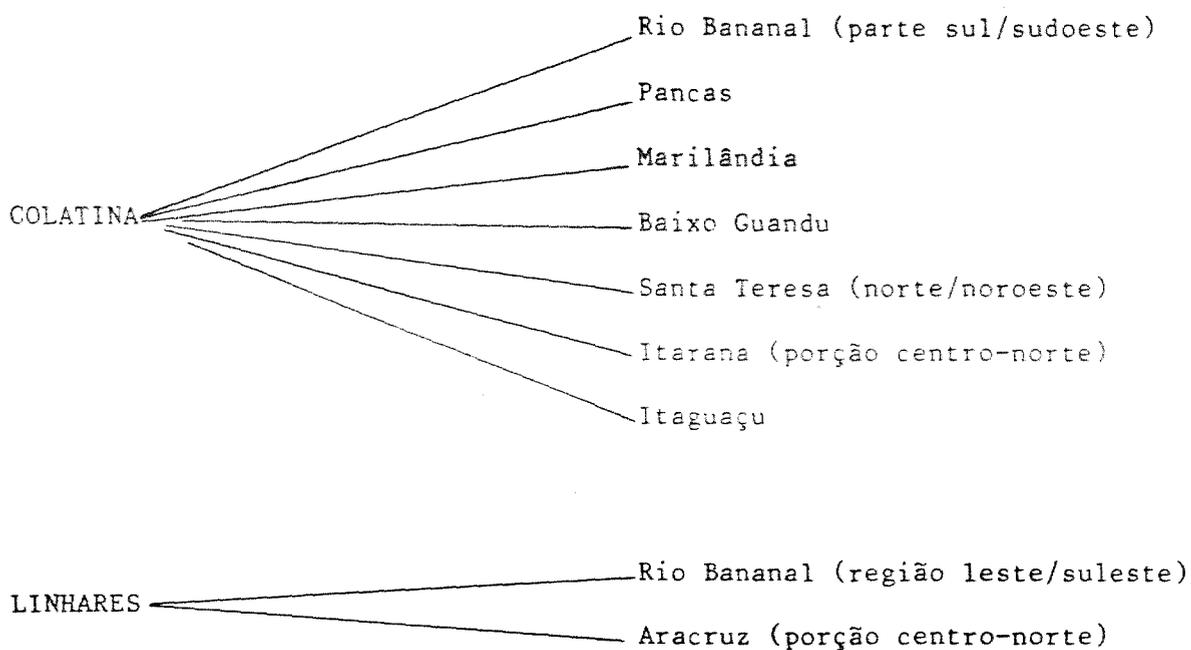
O panorama hoje provável, nos limites da nossa Região, é o seguinte:



(26) "Once a pessoa vai normalmente resolver problemas"? Esta "potencialidade polarizadora" é proporcional à distância/às condições das vias de acesso/à malha de equipamentos urbanos/às possibilidades de comercialização (seja para quem vende ou busca serviços e mercadorias)/às possibilidades de lazer/de se encontrar profissionais e equipamentos na área de saúde, da educação, etc.

MUNICÍPIO(S) POLARIZADOR(es)

MUNICÍPIOS POLARIZADOS



Do ponto de vista da polarização,

COLATINA:

- tem melhor posição geográfica no contexto da Região;
- seu centro urbano, em alguns aspectos, tem ainda maior importância que Li
nhares;
- é, sem dúvida, o polarizador regional ("desaguador regional" natural);
- possui significativo poder político, embora com o econômico um tanto fragi
lizado;
- depende, em absoluto, da cultura do café;
- tem sérios problemas de relevo e solos;
- situa-se na mancha da seca, que tende a se agravar cada vez mais em todo o
Espírito Santo;
- é possível que seu equipamento urbano seja ainda mais completo que de Li
nhares; sobre este aspecto, a questão é: será capaz de sustentá-lo?
- não tem, no curto/médio prazo, perspectivas de regressão econômica.

Sem a pretensão de elaborarmos cenários para a Região com o devido rigor técnico que hoje é exigido no planejamento moderno, apenas expressaremos os macromovimentos da área estudada, com dois objetivos principais: primeiro, o de afirmar o que já foi discutido ou apresentado anteriormente e, em segundo lugar, apresentar conclusões na forma de grandes prospecções. Nossos comentários não terão uma ordem de prioridade pré-estabelecida.

a) O movimento mais importante da Região centra-se nas dinâmicas transformações por que passarão os municípios de Aracruz e Linhares nos próximos anos: crescimento, diversificação, complexificação e maior importância relativa do seu "setor" agropecuário, com a presença forte do capital, personificado no novo empresário rural. Em decorrência desta expansão, poderemos assistir à expulsão das últimas levas de pequenos proprietários, de parceiros agora sem terras, bem como de assalariados outrora em atividade e hoje sem ocupação. As culturas de subsistência tendem a se reduzir a um mínimo, cada vez com menor expressão no conjunto da produção agropecuária. Este movimento deverá, com certeza, inchar a sede de Linhares bem como de Aracruz, fazendo com que o primeiro, nos próximos 10 anos, seja o município mais importante do Espírito Santo, depois da Grande Vitória. Com isso, serão agudizados os problemas típicos do urbano: falta de saneamento, de habitação, de escolas, de condições mínimas de urbanização nos bairros mais carentes desses municípios, tudo isto acrescido do aumento da violência urbana.

Dependendo da força política do capital envolvido neste conjunto de transformações, poderá até ressurgir o fenômeno das "agrovilas" no in

terior. Quanto aos assalariados temporários que, sem dúvida, significarão cada vez mais a categoria mais importante da subárea I, acabarão percorrendo toda a região em movimentos de ida e vinda, como levas errantes.

Caso sejam concretizados, em escala global, os propósitos de tecnificação da Aracruz Florestal quanto à extração e limpeza das árvores, avolumar-se-á de forma significativa o desemprego na região. Poderá até (repetimos: de acordo com a violência das transformações) gerar um novo surto migratório em direção à Grande Vitória ou a outras regiões do país.

- b) A perspectiva de um novo crescimento do plantio de florestas homogêneas — não somente na subárea I, mas em toda a Região e em outras do estado — como o que já assistimos, acabará por subordinar um significativo número de pequenos proprietários, dando expansão aos problemas de solo que já são verificados, quando utilizados com eucalipto.
- c) Ao longo dos itens anteriores, especialmente o 2, mesmo que em "off", tentamos passar a idéia de que é extremamente perigosa a dependência de Colatina e dos municípios por ele polarizados à monocultura do café. Urge que se pense numa maior diversificação, nem que esta passe por um lento processo de conscientização dos produtores. Podemos comparar esta dependência ao Rio Doce: seria uma espécie de grande rio de águas verdes, lento no eterno deslizar das suas águas e aparentemente sem qualquer perigo. Só que não podemos esquecer que este mesmo rio, um dia, quase destruiu a cidade ...

Sobre este problema da dependência de Colatina à monocultura do café, muitos cenários prospectivos são possíveis: mantendo-se as condições atuais, a região mantém-se reproduzindo normalmente, por tempo quase indefinido. Caso contrário, com um possível crack do preço no mercado internacional, o que poderia haver? um tremendo problema social, de conseqüências imprevisíveis ... Como não nos é dado o poder de manipulação do preço no mercado internacional, é urgente que se tome medidas de caráter endógeno.

EFVM. Cremos que, mesmo que a CVRD se faça presente em pontos do vale através do FDZVRD, poderão surgir apenas pequenas unidades produtivas ou mesmo um pequeno incentivo ao plantio de culturas que sejam do interesse das empresas e/ou complexos que comandarão o corredor de exportação.

- h) A soja, caso se implante no Espírito Santo, poderá se transformar em uma ameaça vinda do Centroeste. Quer dizer: substituição do café por esta cultura. Da mesma forma que no item anterior, não acreditamos que tenha penetração de peso no Espírito Santo. Poderá até ter, mas em regiões mais especializadas.
- i) Quanto ao setor têxtil de Colatina, cremos que, num cenário mais a longo prazo (20 anos e mais), perderá a importância relativa que tem hoje. Portanto, neste horizonte de tempo, deverá seguir uma trajetória de estagnação.
- j) Caso o problema da terra neste país não tenha uma solução verdadeira, que venha realmente privilegiar os trabalhadores sem-terra através de uma reforma agrária democrática, participativa, com a contribuição da sociedade civil, vindo o Estado a desempenhar o papel de garantidor das condições mínimas de reprodução dos pequenos estabelecimentos, assistiremos a muitas levas migratórias sem destino no Espírito Santo.
- k) Na região norte (Diocese de São Mateus), houve uma significativa expansão do sindicalismo rural na última década. Caso persistam as mesmas condições e determinações sócio-econômicas e políticas, haverá uma tendência natural deste crescimento na Região de Colatina/Linhares; isto, devido ao crescente volume de contradições postas na realidade.

ANEXO I

NOTAS SOBRE AS CLASSES SOCIAIS E AÇÃO POLÍTICA CONSERVADORA

Talvez o fenômeno econômico — com óbvias implicações políticas — mais importante da subárea I seja a conversão do grande proprietário de terras em empresário rural. Mesmo que seu projeto político seja ultra-conservador e só queira levar vantagem em todos seus empreendimentos, não se importando com os "estragos" sociais que deixa para trás, é importante se fazer uma diferenciação daquele que nem nisso ainda se converteu. Suas formas de luta são as mais reacionárias possíveis. Trata-se de um setor latifundiário extremamente retrógrado que, no limite, simplesmente tenta destruir a vida do(s) seu(s) oponente(s).

Por outro lado, um setor empresarial rural que, mesmo estando preso a esta armadilha, tem consciência das possibilidades do seu avanço na negociação política, inclusive sindical.

O setor de ponta, que poderíamos chamar de "capitalista pleno", como no caso da Aracruz Celulose, que negocia com os trabalhadores através do sindicato. Do ponto de vista da legislação trabalhista, este setor quer cumprir a lei, mesmo que esta seja retrógrada, omissa, reacionária, etc. Neste processo, uma empresa como a Aracruz é forçada a burlar a lei, porque outros setores de classe não a cumprem: entra aqui a "solidariedade de classe" num projeto político mais amplo. Mesmo que estes setores tenham uma certa solidariedade de classe, resta-nos ver que tipo de divergência momentânea podem ter — estas são exigências da ação política.

Se o empresário rural tenta, a todo custo, burlar a lei, os latifundiários têm sua própria lei, não querendo ver nenhuma forma de satisfação dos direitos dos trabalhadores ou concretizados seus projetos, por menores que sejam. Os grandes proprietários de terra tentam viver da especulação, com o objetivo de comprar áreas cada vez maiores.

Além da representação política em Colatina, a de Linhares cresce no sentido fortemente conservador (leia-se coordenação da UDR/ES). Neste sentido, não se tem somente o pólo popular progressista, mas também o oposto.

Como as forças progressistas não conseguem dar uma resposta articulada ao problema da pequena produção no hoje (veja-se, por exemplo, as questões relativas ao crédito e à comercialização; neste ponto em particular, não adianta simplesmente um discurso genérico e ideológico propondo realizações a médio prazo), a UDR acaba se interpondo nesta trajetória (veja-se os acontecimentos recentes relativos à anistia dos pequenos/médios produtores). Neste sentido, fica claro o aumento de competência do grande capital latifundiário.

ANEXO II

PROCESSO DE DIFERENCIAÇÃO DE CLASSE VIA COOPERATIVAS E TECNOLOGIA

tal diferenciação, aprofundando ainda mais a penetração do grande capital na atividade cafeeira, vindo a subordinar as demais frações de classe.

Neste particular, existem dificuldades por parte dos movimentos populares, dos partidos progressistas e da ação pastoral da Igreja, ao não se detectar que pontos de luta são comuns e quais outros, específicos (daí a necessidade de se descobrir a trama visível e, por baixo dela, a invisível).

ANEXO III

SUGESTÕES PARA PESQUISA

Não somente para a Igreja enquanto instituição, mas também para os movimentos populares e partidos que tenham penetração na zona rural e no "urbano do interior", sugere-se os seguintes temas para pesquisa (é comum todos reclamarem da falta de material que dê conta da explicação da realidade, mas poucas iniciativas são tomadas no sentido de se melhorar tal produção):

- através do esquema de amostragem, seria interessante uma enquete que pudes se mostrar a posição dos camponeses e de outros setores de classe subalternos com respeito ao sentido de se morar no campo (avaliação positiva ou negativa, perspectivas, dificuldades, etc.);
- qual a perspectiva, em termos de faixa etária, dos que estão para migrar, por exemplo, na subárea III?
- qual a perspectiva de moradia dos assalariados que formam o bolsão de bóias-frias da subárea I?
- como pensar uma atuação mais eficiente e aglutinadora nas regiões mais montanhosas, que são especializadas em hortifrutigranjeiros (comercialização, utilização de insumos, implantação de indústria alimentar, etc.)?

ANEXO IV

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA (Todo o Espírito Santo)*

(*) Extraído de CESAN/IJSN, Estudos populacionais... vol. I, op. cit., p. 101 ss.



INTERPRETAÇÃO DO ÍNDICE DE CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO

Conforme exposto anteriormente, qualquer população cujo crescimento real fosse igual à população original (1970) mais o crescimento vegetativo esperado, teria como índice de crescimento o valor unitário (1). Acima da unidade e, abaixo desta, toda uma gama de situações demográficas passa a existir e serão objeto de interpretações a seguir. Pode-se tomar, como ponto de referência, o caso em que a população se mantivesse com seus efetivos inalterados ou próximo disto, o que significaria a expulsão de todo o crescimento vegetativo, e teria como índice absoluto, no caso de distritos do interior - 0,7736. Em virtude da taxa de crescimento vegetativo estar representada por uma média, necessário se faz a criação de faixas de índices para efeito de interpretação, conforme já frizado. Seis situações demográficas ficam caracterizadas:

A - Esvaziamento Demográfico - I C até 0,5

Essa situação é caracterizada pela diminuição absoluta do efetivo inicial a níveis de pré extinção.

B - Decadência Demográfica - I C entre 0,5 e 0,7

Em geral esta fase reflete a decadência econômica das atividades que lhe estavam subordinadas e representa uma expulsão moderada dos efetivos populacionais já sedentarizados.

C - Estagnação Demográfica - I C entre 0,7 e 0,9

Esta fase é a mais complexa de todas, pois tanto pode significar um início de decadência, quanto uma transição econômica cujos reflexos na absorção populacional ainda não se deram. Praticamente significa que apenas o excedente populacional resultante do crescimento vegetativo está sendo expulso.

D - Estabilidade Demográfica - I C entre 0,9 e 1,1

Quando o distrito consegue manter, além de sua população original, o crescimento natural decorrente, sem conseguir se impor enquanto foco de atração migratória.

E - Atração Migratória - I C entre 1,1 e 1,5

Esse índice, mantido constante, representa dobrar a população em pouco mais de uma década, o que, apenas com o crescimento natural atual, levaria 30 anos, aproximadamente. Isto caracteriza uma situação de crescimento e vitalidade da economia local e tanto pode representar áreas novas como áreas estabilizadas de atração populacional.

F - Polarização Migratória - I C acima de 1,5

Afora áreas de atração recente e população inicial diminuta ou pouco expressiva onde a interpretação tem que se ater ao parâmetro anterior, este índice representaria áreas de crescimento polarizado e tem sido observado em períodos de consolidação de pólos regionais e áreas metropolitanas.

Essas interpretações são, evidentemente, provisórias, já que apenas uma série de dados superiores a 30, 40 anos permitiria aquilatar com relativa margem de segurança estas situações, já que, dez anos tomados nos seus extremos, não servem para caracterizar tendências. Na impossibilidade de se recuperar as histórias individuais do crescimento de cada distrito, uma série de cruzamentos deve ser feito para que se possa inferir alguma tendência. Por enquanto têm-se apenas tendências hipotéticas.

QUADRO 1

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO, SEGUNDO OS DISTRITOS - 1970/1980.

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO Ia

CIDADE/VILA	ÍNDICE DE CRESCIMENTO	CONVENÇÃO
Cariacica	9,78	F
Itaquari	1,51	F
Serra	3,25	F
Nova Almeida	3,32	F
Carapina	17,89	F
Queimado	0,10	A
Caloji	10,41	F
Viana	10,41	F
Araçatiba	0,87	C
Vila Velha	1,31	E
Angolias	0,94	C
Ibes	2,34	F
Jucu	2,38	F
São Torquato	0,49	A
Vitória	1,03	D
Goiabeiras	3,22	F

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970.

_____. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980.

QUADRO 2

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO SEGUN
DE OS DISTRITOS - 1970/1980.

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO Ib

CIDADE/VILA	ÍNDICE DE CRESCIMENTO	CONVENÇÃO
Afonso Cláudio	1,24	E
Fontões	0,54	B
Firacema	0,49	A
Erejetuba	0,94	D
Ibicaba	0,84	C
Sobreiro	0,69	B
Joatuba	0,70	B
Laranja da Terra	0,76	C
Serra Pelada	0,90	C
Alfredo Chaves	1,10	D
Crubixã	0,96	D
Matilde	0,48	A
Jrânia	0,87	C
Pibeirão do Cristo	0,36	A
Sagrada Família	1,25	E
Ibitirui	0,85	C
Anchieta	2,16	F
Iriritiba	11,83	F
Jabaquara	0,95	D
Aracruz	1,94	F
Graraná	3,13	F
Riacho	2,90	F
Santa Cruz	6,42	F
Conceição do Castelo	1,01	D
Venda Nova	2,50	F

Continua

Continuação

109

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO SEGUN
DO DISTRITOS - 1970/1980

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO Ib

CIDADE/VILA	ÍNDICE DE CRESCIMENTO	CONVENÇÃO
Domingos Martins	1,17	E
Santa Izabel	1,02	D
Marechal Floriano	1,08	D
Araguaia	0,83	C
Aracê	2,34	F
Parajú	0,96	D
Melgaço	1,37	E
Fundão	1,22	E
Timbuí	1,06	D
Guarapari	2,21	F
Rio Calçado	0,12	A
Todos os Santos	0,37	A
Ibiraçu	1,43	E
Pendanga	0,51	B
João Neiva	1,22	E
Acidoli	0,64	B
Linhares	1,63	F
Desengano	0,55	B
São Rafael	0,64	B
Rio Bananal	0,95	D
Regência	0,97	D
Piúma	1,35	E
Aghá	0,68	B
Santa Leopoldina	0,65	B
Jetibá	1,04	D
Garrafão	0,76	C
Djalma Coutinho	0,42	A

Continua

Continuação

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO SEGUN
DO OS DISTRITOS - 1970/1980.

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO Ib

CIDADE/VILA	ÍNDICE DE CRESCIMENTO	CONVENÇÃO
Mangaraí	1,50	E
Santa Tereza	1,12	E
Alto de Santa Maria	0,89	C
Santa Júlia	0,53	B
São João de Petrópolis	2,34	F
Vinte e Cinco de Julho	1,89	F

Fonte: FIBGE . Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970

_____ . Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980

QUADRO 3

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO
SEGUNDO OS DISTRITOS - 1970/1980

ARMAÇÃO URBANA DE 1985 - REGIÃO II

CIDADE/VILA	ÍNDICE DE CRESCIMENTO	CONVENÇÃO
Alegre	0,87	C
Café	1,03	D
Celina	0,71	C
Ibitirama	1,06	D
Santa Marta	0,89	C
Araraí	0,81	C
Anutiba	0,65	B
Santa Angélica	0,80	C
Rive	0,77	C
Atilio Vivacqua	0,96	D
Cachoeiro do Itapemirim	1,10	D
Burarama	0,66	B
Conduru	0,75	C
Itaíca	1,59	F
Vargem Grande do Setúrnio	0,64	B
Pacotuba	1,13	E
Jaciguá	0,96	D
Vargem Alta	0,68	B
Castelo	0,90	C
Aracuí	0,58	B
Divino São Lourenço	1,00	D
Dores do Rio Preto	1,58	F
Guaçuí	1,08	D
São Pedro de Rates	1,04	D
São Thiago	0,94	D
Iconha	1,26	E
Duas Barras	1,27	E

continua

~~CONFUSÃO~~
 IN ~~CONFUSÃO~~ CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO SEGUN
 DE ~~CONFUSÃO~~ TOS - 1970/1980.
 AP ~~CONFUSÃO~~ ANA DE 1985 - REGIÃO II

CONFUSÃO DADE/VILA	ÍNDICE DE CRESCIMENTO	CONVENÇÃO
CONFUSÃO	1,03	D
CONFUSÃO	0,58	E
CONFUSÃO	0,72	C
CONFUSÃO Zeiro	1,08	D
CONFUSÃO	0,95	D
CONFUSÃO Torres	0,96	D
CONFUSÃO	0,24	A
CONFUSÃO ana	0,88	C
CONFUSÃO Itabapoana	0,73	C
CONFUSÃO do Muqui	1,36	E
CONFUSÃO Muqui	1,34	E
CONFUSÃO	0,96	D
CONFUSÃO	0,74	C
CONFUSÃO	1,20	E
CONFUSÃO	1,26	E
CONFUSÃO	0,88	C
CONFUSÃO	0,90	C
CONFUSÃO	1,11	E
CONFUSÃO Kennedy	1,56	F
CONFUSÃO Sul	0,86	C
CONFUSÃO	0,41	A

Continua

~~CONFUSÃO~~ Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970
~~CONFUSÃO~~ Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980

QUADRO 5

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO SEGUN
DO OS DISTRITOS - 1970/1980.

ARMAÇÃO URBANA DE 1988 - REGIÃO IV

CIDADE/VILA	ÍNDICE DE CRESCIMENTO	CONVENÇÃO
Iúna	1,44	E
Santíssima Trindade	0,69	B
Irupi	0,96	D
Pequiã	0,63	B

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970

_____. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980

QUADRO E

ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL DA POPULAÇÃO URBANA DO ESPÍRITO SANTO SEGUN
DO OS DISTRITOS - 1970/1980.

ARMAÇÃO DE 1985 - REGIÃO VII

CIDADE/VILA	ÍNDICE DE CRESCIMENTO	CONVENÇÃO
Montanha	0,75	C
Vinhático	0,76	C
Mucuricó	0,63	B

Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1970
_____. Censo Demográfico do Espírito Santo - 1980

ANEXO V

POPULAÇÃO PROJETADA PARA OS MUNICÍPIOS, DISTRITOS E AGLOMERADOS
DO ESPÍRITO SANTO, 1980-2010*

(*) Extraído de CESAN/IJSN, Estudos populacionais... vol. III, op. cit.,
p. 940 ss.

REGIOES	ANOS	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Ia. GRANDE VITÓRIA		735.000	922.000	1.156.000	1.426.000	1.693.000	2.336.000
Rural							
Ib. ÁREA DE INFLUÊNCIA DIRETA DA GRANDE VITÓRIA		444.111	481.947	516.641	560.002	625.402	739.156
Urbano		209.877	257.927	300.432	351.304	425.534	553.094
Rural		234.234	224.020	216.209	208.698	199.868	186.062
II. CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM		332.795	344.683	359.632	373.497	387.545	406.758
Urbano		179.796	206.186	234.803	263.995	291.666	335.311
Rural		152.999	138.497	124.829	109.502	95.879	71.447
III. BOM JESUS DE ITABAPOANA		22.217	22.123	22.323	22.014	21.726	21.737
Urbano		12.801	13.513	14.264	14.446	14.585	14.935
Rural		9.416	8.610	8.059	7.568	7.141	6.802
IV. COLATINA		385.512	388.193	393.280	398.115	405.143	414.726
Urbano		173.274	193.996	213.806	234.146	256.148	288.545
Rural		212.238	194.197	179.474	163.969	148.995	126.181
V. SÃO MATEUS		132.442	142.187	154.182	168.693	186.459	223.807
Urbana		81.576	97.343	113.549	130.414	150.379	190.949
Rural		50.866	44.844	40.633	38.279	36.080	32.858
TOTAL		2.023.077	2.301.133	2.602.058	2.948.321	3.319.275	4.142.184
. Urbano		1.363.324	1.690.965	2.032.854	2.420.305	2.831.312	3.718.834
. Rural		659.753	610.168	569.204	528.016	487.963	423.350

QUADRO 55

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: CONCEIÇÃO DO CASTELO

REGIAO: Ib

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Conceição do Castelo	Sede	1.802	2.028	2.384	2.692	3.095	3.970
Venda Nova	Vila	3.056	4.562	5.931	7.459	9.099	12.755
S. João Viçosa	Povoado	404	516	659	801	1.005	1.453
Urbana		5.272	7.105	8.974	10.952	13.199	18.178
Rural		12.056	11.653	11.543	11.247	10.997	10.674
TOTAL		17.328	18.759	20.517	22.199	24.196	28.852

QUADRO 57

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: FUNDAO

REGIÃO: Ib

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Fundão	Sede	4.361	5.175	7.850	8.901	10.528	13.475
Timbuí	Vila	1.380	1.591	2.177	2.612	3.099	3.839
Praia Grande	Vila	466	543	731	852	993	1.321
Urbana		6.207	7.309	10.758	12.378	14.610	18.635
Rural		3.006	2.833	2.808	2.526	2.465	2.403
TOTAL		9.213	10.142	13.566	14.904	17.075	21.038



QUADRO 58

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: GUARAPARI

REGIAO: Ib

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Guarapari	Sede	32.028	40.394	49.996	61.584	72.302	95.569
Rio Calçado	Vila	7	7	7	7	7	7
Todos os Santos	Vila	50	50	50	50	50	50
Urbana		32.085	40.451	50.023	61.641	72.359	95.626
Rural		6.411	5.199	4.980	4.632	4.517	4.282
TOTAL		38.496	45.650	55.003	66.273	76.876	99.908

QUADRO 59
 POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010
 MUNICÍPIO: IBATIBA

REGIAO: Ib

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Ibatiba	Sede	4.300	5.683	7.473	8.764	9.860	12.968
	Urbana	4.300	5.863	7.473	8.764	9.860	12.968
	Rural	6.788	6.439	6.082	5.838	5.691	5.088
TOTAL		11.088	12.122	13.555	14.602	15.551	18.056

QUADRO 60

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: IBIRAÇU

REGIÃO: Ib

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Ibiraçu	Sede	4.561	5.760	7.230	9.076	11.433	15.778
Acioli	Vila	405	398	391	385	385	385
João Neiva	Vila	7.700	8.926	10.048	11.496	12.907	17.665
Pendanga	Vila	68	68	68	68	68	68
Piraqueaçu	Povoado	297	349	402	463	539	614
Cristal	Povoado	619	619	625	648	673	745
Santo Afonso	Povoado	300	306	322	359	396	429
Cavalinho	Povoado	482	384	351	333	326	318
Urbana		14.432	16.810	19.437	22.828	26.727	36.002
Rural		5.792	5.207	4.832	4.160	3.581	3.386
TOTAL		20.224	22.017	24.269	26.988	30.308	39.388

QUADRO 61

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: ICONHA

REGIÃO: Ib

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Iconha	sede	2.075	2.850	3.211	4.026	4.949	6.717
Duas Barras	vila	150	210	248	277	293	388
Bom Destino	povoado	395	646	789	899	1.134	1.384
Urbana		2.620	3.706	4.248	5.202	6.376	8.439
Rural		5.666	5.188	4.977	4.735	4.429	4.385
TOTAL		8.286	8.894	9.225	9.938	10.805	12.824

QUADRO: 62

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: IÚNA

REGIÃO: Ib

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Iúna	Sede	5.538	6.979	9.090	10.634	12.299	15.076
Irupi	Vila	938	1.143	1.311	1.502	1.722	2.062
Pequiá	Vila	504	489	480	480	480	480
Santíssima Trindade	Vila	174	152	160	158	158	158
Urbana		7.034	8.773	11.041	12.774	14.659	17.776
Rural		19.491	18.969	17.971	17.456	16.442	15.631
TOTAL		26.525	27.741	29.012	30.230	31.101	33.407

QUADRO 63

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: LINHARES

REGIAO: Ib

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Linhares	sede	53.507	69.083	74.570	85.106	116.917	160.746
Desengano	vila	169	169	169	169	169	169
Regência	vila	487	537	586	632	697	758
São Rafael	vila	500	517	538	566	638	783
Bebedouro	vila	2.732	2.534	2.486	2.517	2.688	2.846
Córrego D'água	vila	4.607	5.880	7.596	9.116	10.857	13.245
São Jorge da Barra Seca	vila	248	256	279	288	301	346
Rio Quartel	povoado	300	594	826	1.223	1.650	2.908
Farias	povoado	250	644	893	1.342	1.445	1.647
Comendador Rafael	povoado	468	313	297	278	263	252
Juncado	povoado	492	424	418	413	410	405
Povoação do Rio Doce	povoado	563	574	596	638	695	792
Japira	povoado	250	281	297	322	348	399
Urbana		64.573	81.806	89.551	102.610	137.123	184.496
Rural		41.634	38.117	36.292	35.101	33.884	30.917
TOTAL		106.207	119.923	125.843	137.711	171.007	215.413

QUADRO 64

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: PIÚMA

REGIÃO: Ib

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Piúma	Sede	3.878	4.131	5.625	6.506	8.270	11.656
Aghá	Vila	61	69	78	85	95	122
Urbana		3.939	4.800	5.703	6.691	8.366	11.788
Rural		1.403	1.392	1.376	1.321	1.282	1.178
TOTAL		5.342	6.192	7.079	8.012	9.648	12.965

QUADRO 65

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: RIO BANANAL

REGIAO: 1b

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Rio Bananal	Sede	2.170	3.122	4.356	5.477	6.827	8.618
São Jorge do Tiradentes	Povoado	422	470	533	598	685	817
Urbana		2.592	3.592	4.899	6.075	7.513	9.435
Rural		14.359	14.128	13.614	13.178	12.817	12.422
TOTAL		16.961	17.720	18.513	19.253	20.330	21.857

QUADRO 66

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: SANTA LEOPOLDINA

REGIÃO: Ib

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Santa Leopoldina	sede	1.212	1.303	1.339	1.401	1.488	1.623
Djalma Coutinho	vila	5	5	5	5	5	5
Garrafão	vila	31	31	31	31	31	31
Jetibá	vila	7	15	22	25	31	45
Mangaraí	vila	51	55	62	65	73	85
Santa Maria de Jetibá	povoado	1.337	1.794	2.235	2.786	3.471	5.391
Caramuru	povoado	165	85	83	81	78	72
Urbana		2.808	3.288	3.777	4.394	5.171	7.252
Rural		21.852	22.715	23.625	24.418	25.162	26.289
TOTAL		24.660	26.003	27.402	28.812	30.339	33.541

QUADRO 67

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS -1985-2010

MUNICÍPIO: SANTA TEREZA

REGIAO: Ib

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Santa Tereza	sede	4.690	5.380	6.180	7.130	8.256	10.567
Alto Santa Maria	vila	417	450	485	524	565	679
Santa Júlia	vila	41	41	41	41	41	41
São João de Petrópolis	vila	1.277	1.480	1.716	1.979	2.256	3.009
São Roque	vila	1.357	1.564	1.804	2.080	2.398	3.088
Vinte e Cinco de Julho	vila	371	509	621	739	843	1.008
Urbana		8.073	9.424	10.847	12.493	14.359	18.482
Rural		17.914	17.033	16.188	15.295	14.552	12.606
TOTAL		25.987	26.457	27.035	27.788	28.881	31.088

QUADRO 69

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: ATÍLIO VIVÁCQUA

REGIÃO: II

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Atílio Vivácqua	Sede	1.418	1.515	1.780	1.902	2.106	2.280
Urbana		1.418	1.515	1.780	1.902	2.106	2.280
Rural		4.537	3.778	3.291	2.987	2.704	2.493
TOTAL		5.955	5.293	5.071	4.889	4.810	4.773

QUADRO 70

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: CACHOEIRO DO ITAPEMIRIM

REGIAO: II

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Cachoeiro do Itapemirim	sede	85.024	97.613	110.206	124.532	136.985	157.300
Burarama	vila	416	407	392	385	370	370
Conduru	vila	820	856	883	980	1.102	1.453
Itaoca	vila	2.253	2.676	3.178	3.673	4.188	4.934
Jaciguá	vila	540	511	698	801	920	1.221
Pacotuba	vila	455	509	570	659	755	1.018
Vargem Alta	vila	618	667	720	768	810	972
Vargem G. do Souturno	vila	304	300	295	303	325	382
Córrego dos Monos	povoado	331	383	460	555	682	993
São José de Fruteira	povoado	228	355	537	728	982	1.559
Prosperidade	povoado	155	224	333	437	696	1.411
Boa Esperança	povoado	184	270	377	522	719	1.336
Gironda	povoado	200	465	856	1.370	1.918	2.781
Sambra	povoado	509	658	850	1.099	1.371	2.075
Urbana		92.037	106.005	120.355	136.852	151.823	177.855
Rural		31.662	30.568	30.433	27.395	26.328	20.344
TOTAL		123.699	136.573	150.788	164.247	178.151	198.199

QUADRO 71

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: CASTELO

REGIAO: II

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Castelo	sede	9.169	9.855	10.517	11.225	11.933	12.559
Aracuí	vila	581	607	654	702	763	859
Estrela do Norte	vila	95	132	168	205	259	306
Urbana		9.845	10.605	11.339	12.132	12.960	13.834
Rural		16.034	13.980	12.016	9.944	8.048	5.089
TOTAL		25.879	24.585	23.355	22.076	21.008	18.923

QUADRO 72

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: DIVINO DE SÃO LOURENÇO

REGIAO: II

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Divino de São Lourenço	sede	485	562	752	873	1.012	1.374
Urbana		485	562	752	873	1.012	1.374
Rural		2.935	2.662	2.415	2.109	1.887	1.455
TOTAL		3.420	3.224	3.167	2.982	2.899	2.839

QUADRO 74

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERAÇÕES-1985-2010

MUNICÍPIO: GUAÇUÍ

REGIÃO: II

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Guaçuí	sede	12.697	14.581	16.746	18.688	20.856	24.733
São Pedro de Rates	vila	287	327	368	415	480	603
São Tiago	vila	170	188	213	239	268	349
Urbana		13.154	15.096	17.327	19.342	21.604	25.685
Rural		6.243	5.595	4.744	4.073	3.226	2.102
TOTAL		19.397	20.691	22.071	23.415	24.830	27.787

QUADRO 75

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: ITAPEMIRIM

REGIAO: II

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Itapemirim	sede	16.809	21.047	26.052	30.099	33.787	36.308
Itapecoá	vila	30	30	30	30	30	30
Itaipava	vila	2.510	2.877	3.298	3.779	4.212	5.192
Rio Muqui	vila	496	644	807	912	1.006	1.208
Graúna	povoado	457	746	1.046	1.360	1.700	2.167
Brejos dos Patos	povoado	287	295	320	355	388	438
Gomes	povoado	220	235	250	276	293	333
Urbana		20.809	25.874	31.803	36.811	41.416	45.676
Rural		14.301	12.323	9.753	7.736	5.358	3.904
TOTAL		35.110	38.197	41.556	44.547	46.774	49.580

QUADRO 76

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: JERONIMO MONTEIRO

REGIAO: II

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Jerônimo Monteiro	sede	3.505	4.643	5.803	6.642	7.303	8.361
Urbana		3.505	4.643	5.803	6.642	7.303	8.361
Rural		4.786	4.114	3.446	3.030	2.812	2.318
TOTAL		8.291	8.757	9.249	9.672	10.115	10.679

QUADRO 77

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010
MUNICÍPIO: MIMOSO DO SUL

REGIAO: II

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Mimoso do Sul	sede	7.304	7.868	8.476	9.031	9.637	10.689
Conceição do Muqui	vila	244	283	328	385	444	602
Dona América	vila	42	46	53	59	65	73
Ponte de Itabapoana	vila	629	726	834	922	1.051	1.203
Santo Antônio do Muqui	vila	234	331	469	633	811	1.062
São José das Torres	vila	276	317	364	418	481	585
São Pedro de Itabapoana	vila	259	255	251	247	244	255
Urbana		8.988	9.326	10.775	11.695	12.733	14.474
Rural		14.296	13.214	11.925	10.551	9.028	6.163
TOTAL		23.284	23.040	22.700	22.246	21.761	20.637

QUADRO 78
 POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010
 MUNICÍPIO: MUNIZ FREIRE

REGIAO: II

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Muniz Freire	sede	2.482	2.759	3.068	3.344	3.645	4.430
Itaici	vila	379	386	394	402	426	480
Menino Jesus	vila	311	376	455	518	591	715
Piaçu	vila	817	994	1.209	1.426	1.683	2.073
Vieira Machado	vila	158	164	172	177	182	199
Urbana		4.147	4.679	5.293	5.867	6.527	7.897
Rural		14.826	14.381	13.850	13.471	12.897	12.029
TOTAL		18.973	19.060	19.148	19.338	19.424	19.926

QUADRO 79

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: MUQUI

REGIÃO: II

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Muqui	sede	5.338	5.772	6.134	6.502	6.898	7.794
Camará	vila	261	303	352	401	457	576
Urbana		5.599	6.025	6.486	6.903	7.355	8.369
Rural		6.954	6.450	5.901	5.378	4.829	3.565
TOTAL		12.563	12.475	12.387	12.281	12.184	11.934

QUADRO 80

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS- 1985-2010

MUNICÍPIO: PRESIDENTE KENNEDY

REGIAO: II

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Presidente Kennedy	séde	1.012	1.253	1.502	1.772	2.001	2.363
Jaqueira	povoado	344	361	379	399	419	463
Santo Eduardo	povoado	235	245	260	273	286	316
Urbana		1.591	1.859	2.141	2.444	2.706	3.147
Rural		8.214	7.455	6.668	5.862	5.100	3.671
TOTAL		9.805	9.314	8.809	8.305	7.805	6.818

QUADRO 81
 POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS- 1985-2010
 MUNICÍPIO: RIO NOVO DO SUL

REGIAO: II

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Rio Novo do Sul	sede	3.497	3.702	3.918	4.148	4.391	4.823
Princesa	vila	20	20	20	20	20	20
Urbana		3.517	3.722	3.938	4.168	4.411	4.843
Rural		5.378	5.042	4.678	4.304	3.831	3.101
TOTAL		8.895	8.764	8.616	8.472	8.232	7.944

QUADRO 82
 POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010
 MUNICÍPIO: APIACÁ

REGIAO: III

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Apiacá	Sede	2.419	2.177	2.056	1.938	1.850	1.900
José Carlos	Vila	227	227	250	250	250	250
Bom Sucesso	Povoado	173	208	250	265	280	305
Urbana		2.819	2.612	2.556	2.453	2.380	2.455
Rural		3.687	3.450	3.420	3.388	3.380	3.380
TOTAL		6.506	6.062	5.976	5.841	5.760	5.835

QUADRO 83
 POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010
 MUNICÍPIO: BOM JESUS DO NORTE

REGIAO: III

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Bom Jesus do Norte	Sede	5.616	6.170	6.578	6.771	6.915	7.030
Urbana		5.616	6.170	6.578	6.771	6.915	7.030
Rural		956	910	855	810	760	750
TOTAL		6.572	7.080	7.433	7.581	7.675	7.780

QUADRO 84
 POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010
 MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ DO CALÇADO

REGIAO: III

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
São José do Calçado	Sede	3.887	4.231	4.605	4.690	4.750	4.910
Airituba	Vila	152	150	150	150	150	150
Alto Calçado	Vila	327	350	375	382	390	390
Urbana		4.366	4.731	5.130	5.222	5.290	5.450
Rural		4.773	4.250	3.784	3.370	3.001	2.672
TOTAL		9.139	8.981	8.914	8.592	8.291	8.122

QUADRO 85

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: BAIXO GUANDU

REGIAO: IV

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Baixo Guandu	Sede	13.697	15.585	17.032	17.713	18.933	19.435
Alto Mutum Preto	Vila	292	397	510	685	888	1.060
Ibituba	Vila	509	458	412	402	389	357
Km 14 do Mutum	Vila	451	410	396	387	378	370
Vila Nova de Bananal	Vila	134	125	115	107	107	107
Mascarenhas	Povoado	464	416	422	445	470	530
Urbana		15.547	17.391	18.887	19.739	21.165	21.859
Rural		10.383	8.039	5.854	4.892	4.543	4.341
TOTAL		25.930	25.430	24.741	24.631	25.708	26.200

QUADRO 86

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: BARRA DE SÃO FRANCISCO

REGIAO: IV

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Barra de São Francisco	Sede	10.494	11.585	12.674	13.828	15.058	17.499
Água Doce	Vila	1.480	1.563	1.641	1.726	1.821	2.142
Cachoeirinha de Itaúna	Vila	530	562	603	789	915	1.068
Gov. Lacerda de Aguiar	Vila	594	629	686	746	859	1.006
Itaperuna	Vila	296	300	300	300	300	300
Monte Sinai	Vila	596	622	655	699	753	846
Paulista	Vila	846	914	998	1.088	1.255	1.577
Poranga	Vila	204	214	225	239	262	290
Santo Agostinho	Vila	750	832	916	999	1.084	1.262
Santo Antonio	Vila	595	604	617	676	736	906
Vila Nelita	Vila	560	613	671	765	865	1.057
Vargem Alegre	Povoado	209	369	490	651	786	982
Cafelândia	Povoado	132	183	253	331	437	889
Bom Destino	Povoado	242	279	321	370	429	588
Stá Luzia do Azul	Povoado	410	482	566	666	753	1.002
Monte Senir	Povoado	377	403	412	425	435	460
Urbana		18.315	20.154	22.028	24.298	26.748	31.874
Rural		33.209	30.339	27.455	23.997	19.388	12.428
TOTAL		51.524	50.493	49.483	48.295	46.136	44.302

QUADRO 88
 POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010
 MUNICÍPIO: COLATINA

REGIAO: IV

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Colatina	Sede	61.120	68.087	74.828	80.814	86.663	95.090
Angelo Frechiani	Vila	149	141	140	140	140	140
Baunilha	Vila	432	442	456	468	487	503
Boapaba	Vila	168	172	178	185	190	190
Gov. Lindemberg	Vila	826	835	847	861	872	890
Graça Aranha	Vila	449	481	499	534	588	758
Itapina	Vila	1.122	1.154	1.178	1.189	1.203	1.230
Novo Brasil	Vila	717	720	735	755	780	790
São Domingos	Vila	1.490	1.523	1.568	1.575	1.588	1.612
S. João Grande	Povoado	121	139	147	156	165	175
Morelo	Povoado	235	275	318	369	418	547
Divisa	Povoado	227	208	200	195	195	195
Urbana		67.056	74.177	81.094	87.241	93.289	102.120
Rural		35.507	32.491	30.694	29.689	29.020	28.700
TOTAL		102.563	106.668	111.788	116.930	122.309	130.820

QUADRO 89
 POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADO - 1985-2010
 MUNICÍPIO: ECOPORANGA

		REGIAO: IV					
AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Ecoporanga	Sede	6.289	7.115	7.898	8.608	9.400	10.762
Cotaxé	Vila	801	750	700	700	700	700
Imburana	Vila	1.094	1.113	1.169	1.209	1.262	1.318
Joaçuba	Vila	737	782	830	896	982	1.199
Sta Luzia do Norte	Vila	626	626	626	626	652	668
Santa Terezinha	Povoado	485	408	448	492	571	717
Santa Rita	Povoado	308	289	280	276	271	260
Prata dos Baianos	Povoado	794	831	817	803	795	770
Ribeirãozinho	Povoado	200	176	168	158	150	145
Muritiba	Povoado	272	255	248	242	236	223
São Geraldo	Povoado	169	158	152	145	141	130
Itapeba	Povoado	255	154	143	133	127	118
Urbana		12.030	12.657	13.479	14.288	15.287	17.010
Rural		19.370	14.033	10.542	7.330	5.170	3.182
TOTAL		31.400	26.690	24.021	21.618	20.457	20.192

QUADRO 91

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: ITARANA

REGIÃO: IV

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Itarana	Sede	2.098	2.276	2.569	2.907	3.305	4.461
	Urbana	2.098	2.276	2.569	2.907	3.305	4.461
	Rural	6.824	6.753	6.604	6.522	6.501	5.982
TOTAL		8.922	9.029	9.173	9.429	9.806	10.443

QUADRO 92
 POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010
 MUNICÍPIO: MANTENÓPOLIS

REGIAO: IV

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Mantenópolis	Sede	3.015	3.646	4.294	5.064	5.654	6.743
Sta. Luzia de Mantenópolis	Vila	612	664	721	783	888	1.089
São Geraldo	Vila	344	389	440	488	543	701
São José	Povoado	268	378	532	751	959	1.516
Urbana		4.239	5.077	5.987	7.086	8.044	10.049
Rural		9.394	9.360	9.272	9.042	8.874	7.967
TOTAL		13.633	14.437	15.259	16.128	16.918	18.016

QUADRO 93

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: MARILÂNDIA

REGIAO: IV

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Marilândia	sede	1.778	1.963	2.267	2.499	2.811	3.555
Sapucaia	vila	145	168	179	199	240	345
Monte Sinai	povoado	197	315	475	708	920	1.204
Urbana		2.120	2.446	2.921	3.406	3.971	5.104
Rural		6.993	6.905	6.617	6.312	5.939	4.984
TOTAL		9.113	9.351	9.538	9.718	9.910	10.088

QUADRO 95

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: PANCAS

REGIAO: IV

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Pancas	sede	4.188	5.026	5.730	6.418	7.049	7.625
Alto Rio Novo	vila	1.664	2.463	2.608	3.077	3.508	3.929
Laginha	vila	697	771	850	902	1.021	1.179
Palmerino	vila	152	169	185	202	228	267
Vila Verde	vila	832	773	719	689	655	630
Monte Carmelo	povoado	140	201	268	347	441	768
Urbana		7.673	9.403	10.360	11.635	12.902	14.398
Rural		22.426	21.527	21.321	19.391	17.910	14.515
TOTAL		30.099	30.930	31.681	31.086	30.812	28.913

QUADRO 97

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS -1985-2010

MUNICÍPIO: CONCEIÇÃO DA BARRA

REGIAO: V

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Conceição da Barra	Sede	6.389	7.228	8.480	9.210	10.869	14.644
Itaúnas	Vila	403	654	915	988	1.106	1.259
Sayonara	Povoado	577	977	1.299	1.745	2.453	3.228
Braço do Rio	Povoado	2.243	4.099	5.738	7.574	8.426	10.456
Cobraice	Povoado	2.406	2.785	2.817	2.992	3.195	3.650
Urbana		12.018	15.743	19.249	22.509	26.049	33.237
Rural		5.077	3.317	2.501	2.384	2.268	1.302
TOTAL		17.095	19.060	21.750	24.893	28.317	34.539

QUADRO 98

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: JAGUARÉ

REGIAO: V.

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Jaguareé	Sede	3.148	4.133	5.418	7.128	9.360	12.689
Barra Seca	Vila	475	579	705	874	1.148	1.693
Água Limpa	Povoado	828	788	850	910	945	1.030
Fátima	Povoado	317	317	320	336	357	399
Urbana		4.768	5.817	7.293	9.248	11.810	15.811
Rural		5.745	6.370	6.266	5.736	4.863	4.580
TOTAL		10.513	12.187	13.559	14.984	16.673	20.391

QUADRO 99
 POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010
 MUNICÍPIO: MONTANHA

REGIAO: V

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Montanha	Sede	9.267	9.139	9.036	9.007	10.409	14.314
Vinhático	Vila	1.916	2.023	2.158	2.353	2.815	3.946
São Sebastião do Norte	Povoado	407	305	301	328	450	630
Urbana		11.590	11.467	11.495	11.688	13.674	18.890
Rural		5.798	4.703	3.867	3.414	3.119	2.817
TOTAL		17.388	16.170	15.362	15.102	16.793	21.707

QUADRO 101

POPULAÇÃO PROJETADA SEGUNDO AGLOMERADOS - 1985-2010

MUNICÍPIO: PEDRO CANÁRIO

REGIAO: v

AGLOMERADO	SITUAÇÃO	1980	1985	1990	1995	2000	2010
Pedro Canário	Sede	7.119	7.859	8.523	9.683	10.948	13.642
Taquaras	Povoado	181	525	907	1.128	1.414	2.111
Cristal	Povoado	1.176	1.748	2.303	2.758	3.026	3.915
Floresta do Sul	Povoado	750	743	680	630	603	582
Urbana		9.226	10.875	12.413	14.199	15.991	20.250
Rural		2.065	1.206	815	686	680	662
TOTAL		11.291	12.081	13.228	14.885	16.671	20.912

